

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção**

**AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS FRENTE AO
NOVO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO:
O CASO DOS CLIENTES DA CARTEIRA
MDL DO BANCO DO BRASIL S/A**

Dissertação de Mestrado

Paulo de Tarso Fernandes dos Santos

**Florianópolis
2002**

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção**

**AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS FRENTE AO
NOVO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO:
O CASO DOS CLIENTES DA CARTEIRA
MDL DO BANCO DO BRASIL S/A**

Paulo de Tarso Fernandes dos Santos

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Engenharia de Produção

Orientadora: Prof^a. Ana Maria Benciveni Franzoni, Dra.

**Florianópolis
2002**

Paulo de Tarso Fernandes dos Santos

**AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS FRENTE AO
NOVO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO:
O CASO DOS CLIENTES DA CARTEIRA
MDL DO BANCO DO BRASIL S/A**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a
Obtenção do título de Mestre em Engenharia de
Produção no Programa de Pós - Graduação em
Engenharia da Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 27 de Março de 2002.

Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph.D.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Profª. Ana Maria Bencciveni Franzoni, Dra.
Orientadora

Profª. Lia Caetano Bastos, Dra.

Profª. Sonia Maria Pereira, Dra.

Profª. Liane da Silva Bueno, M.Eng.

A minha esposa e companheira,
Rose, pelo incentivo, compreensão
e paciência ao longo desta jornada.
Aos filhos, Pedro Henrique e João
Paulo, pela motivação de realizar
este trabalho.

Agradecimentos

A Deus que torna tudo possível.

...

Ao meu pai, Sebastião Fernandes
dos Santos, pelo exemplo de vida.
A minha mãe, Ana Fernandes dos
Santos, pelo carinho e força em
todas as horas.

...

A Prof^a. Ana, minha orientadora,
pela disponibilidade, confiança,
incentivo a mim dedicados e
transmitidos durante a realização
desta dissertação.

...

Aos amigos, Marco Antonio de Paula
e Maria Inez Tomael, pelas palavras
e atos que possibilitaram a
realização deste trabalho.

Sumário

Lista de Figuras	p.vii
Lista de Reduções	p.ix
Resumo	p.xi
Abstract.....	p.xii
 1. INTRODUÇÃO	 p.01
1.1 Origem do Trabalho	p.01
1.2 Objetivos do Trabalho	p.05
1.3 Justificativa e Importância do Trabalho.....	p.06
1.4 Estrutura do Trabalho... ..	p.12
 2. SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO.....	 p.13
2.1 Considerações Iniciais	p.13
2.2 Sistema Atual.....	p.16
2.2.1 Serviço de Compensação de Cheques (COMPE).....	p.22
2.2.2 Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)..	p.25
2.2.3 Sistema de Liquidação de Operações de Câmbio.....	p.27
2.2.4 Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).....	p.29
 3. O NOVO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO.....	 p.31
3.1 Considerações iniciais.....	p.31
3.2 Sistema de Transferência de Reservas (STR)	p.39
3.3 Câmaras Interbancárias de Pagamento (CIP)	p.41
3.4 Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)	p.44
3.5 Serviço de Compensação de Cheques (COMPE)	p.45
3.6 Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).....	p.47
3.7 Câmaras de Câmbio e derivativos da BM&F.....	p.48
3.8 Central de Compensação e Liquidação.....	p.50
3.9 Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC)	p.52
3.10Câmara de Compensação de Transações Eletrônicas (TECBAN).....	p.53
3.11Certificado Digital.....	p.55
3.12Mensageria	p.56

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	p.57
4.1 Perguntas de Pesquisa.....	p.57
4.2 Delineamento da Pesquisa	p.58
4.3 População	p.59
4.4 Instrumento de Pesquisa e Tipos de Dados.....	p.60
4.5 Análise dos Dados	p.61
5. ESTUDO DE CASO: CLIENTES DA CARTEIRA MDL DO BANCO DO BRASIL EM CORNÉLIO PROCÓPIO.....	p.62
5.1 Considerações Iniciais.....	p.62
5.2 Apresentação e Análise dos Resultados.....	p.63
5.2.1 Perfil das Empresas da Carteira MDL	p.63
5.2.2 Perfil dos Administradores da Carteira MDL.....	p.67
5.2.3 Perfil Operacional/Financeiro das Empresas	p.69
5.2.4 Percepção sobre a Reestruturação do SPB.....	p.76
6. AÇÕES PROPOSTAS	p.80
7. CONCLUSÕES	p.83
7.1 Conclusões e Recomendações	p.83
7.2 Sugestões para Futuro Trabalho	p.86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.87
APÊNDICE	p.97
ANEXOS	p.100

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.1 - Sistema Financeiro	14
FIGURA 2.2 - Sistema de Pagamentos Brasileiro	19
FIGURA 3.1 - Fluxograma do Novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.	38
FIGURA 3.2 - Mensagens de Pagamento entre Bancos e Clientes.....	42
FIGURA 5.1 - Tipo de gestão.....	64
FIGURA 5.2 - Tempo de constituição.....	65
FIGURA 5.3 - Percentual de empresa que fazem uso da internet.....	66
FIGURA 5.4 - Grau de Informatização das empresas.....	66
FIGURA 5.5 - Percentual de gerentes por sexo.....	67
FIGURA 5.6 - Faixa de escolaridade dos administradores	68
FIGURA 5.7 - Distribuição de freqüência dos administradores por sexo e escolaridade	69
FIGURA 5.8 - Disponibilidade de software para gerenciamento contábil	70
FIGURA 5.9 - Utilização do software de comunicação com os bancos...	70
FIGURA 5.10 - Quantidade de bancos que as empresas operam	71
FIGURA 5.11 - Tempo de fechamento do caixa das empresas	72
FIGURA 5.12 - Percentual da necessidade de utilização de liberação de cheques.....	73
FIGURA 5.13 - Percentual de freqüência de utilização de liberação de cheques.....	73
FIGURA 5.14 - Percentual de utilização do limite de crédito das Empresas.....	74

FIGURA 5.15 - Percentual de débito dos compromissos pagos pelas	
Empresas.....	75
FIGURA 5.16 - Percentual de crédito dos recebimentos das empresas.	75
FIGURA 5.17 - Grau de conhecimento do SPB.....	77
FIGURA 5.18 - Utilização de assessoria externa	78
FIGURA 5.19 - Percentual das empresas que acham que o novo SPB vai	
Influenciar no seu fluxo de caixa.....	78
FIGURA 5.20 - Percentual das empresas que estão preparadas para	
Administrar em tempo real	79
FIGURA 5.21 - Percentual das empresa que estão se preparando para as	
Mudanças decorrentes da reestruturação do SPB.....	79

LISTA DE REDUÇÕES

ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto

BACEN - Banco Central do Brasil

BIS - Bank for International Settlements

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos

CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos

COMPE – Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis

CMN – Conselho Monetário Nacional

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DNS - Deferred Net settlement

DOC – Documento de Ordem de Crédito

DVP – Delivery versus Payment

FEBRABAN – Federação Brasileira das Associações de Banco

LBTR – Liquidação pelo valor bruto em tempo real

LDL – Liquidação pelo valor deferido líquido

PVP – Payment Versus Payment

RGTS – Real Time Gross Settlement

SCCOP – Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SOMA – Sociedade Operadora do Mercado de Acesso

SPC – Secretaria da Previdência Complementar

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

STR – Sistema de Transferência de Reservas

TECBAN – Câmara de Compensação de Transações Eletrônicas

RESUMO

Em meio ao cenário de implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), sabendo-se que importantes mudanças são previstas em diversos segmentos da sociedade, e que estas mudanças podem trazer impactos importantes para as empresas, o objetivo geral deste estudo é analisar a adequação das pequenas e médias empresas ao novo Sistema de Pagamentos Brasileiro. A presente pesquisa é do tipo exploratória, descritiva, tendo como método a aplicação de formulário. Sua abordagem é qualitativa. A população estudada compreende as pequenas e médias empresas pertencentes à carteira MDL, clientes do Banco do Brasil S/A em Cornélio Procopio (PR). As variáveis pesquisadas referem-se ao perfil das empresas e de seus administradores, ao procedimento operacional/financeiro e a adequação dos empresários em relação ao novo SPB. Concluiu-se, no estudo, que a maioria das empresas são tradicionais e que nas pequenas empresas da carteira predomina a gestão familiar e nas médias a gestão profissional. Com relação aos administradores evidencia-se que a maioria são homens e que um percentual significativo tem curso superior. Nos procedimentos operacional/financeiro verificam-se hábitos que dificultarão na transposição para o novo SPB, principalmente para administrar o fluxo de caixas *online*. Confirmou-se que, mesmo no atual estágio da implantação, a maioria das empresas desconhece o novo SPB. Deste modo, pode-se afirmar que a maior parte das empresas encontrará dificuldade para adequar-se ao novo sistema. Foram propostas ações aos empresários, visando auxiliar na transição do atual sistema para o novo. Conclui-se, finalmente, que a reestruturação implicará, acima de tudo, em mudança de hábitos nos procedimentos operacional/financeiro e, neste sentido, verifica-se que as empresas terão que se adequar gradativamente ao novo sistema.

ABSTRACT

Within the context of implementation of the new Brazilian Payment System (BPS), it is known that important changes are expected in several segments of the society, and that these changes can cause important impacts in companies. The general objective of this study is to analyze the suitability of small and medium companies to the new Brazilian Payment System, the current research is of exploratory and descriptive nature, and the method used was the application of forms. Its approach is qualitative. The studied population comprehends small and medium companies which belong to the group of MDL ,clientele of Bank of Brasil in the city of Cornélio Procopio, State of Paraná. The researched variables refer to the businessmen's suitability to the new BPS. In this study it is concluded that the majority of the companies are traditional and that in the small companies belonging to the researched group, familiar management is predominant, whilst professional management predominates in the medium companies. In relation to the managers, it is evident that the majority is male and that a significant percentage has university level. In the financial/operational procedures this study found some habits that will pose difficulties to the transition to the new system, mainly to manage the financial flow on line. This study confirmed that, even in the current stage of implementation, the majority of the companies do not know the new BPS. Thus, it can be stated that most of the companies will find difficulties to adapt to the new system. Some proposals were made to the businessmen in order to help them in the transition from the current system to the new one. It is finally concluded that, above all, the companies' re-structuration will imply in changes of habits in the financial/operational procedures and, in this sense, it is verified that the companies will have to adapt to the new system gradually.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem do Trabalho

O aumento das transações nos mercados financeiros mundiais, a sofisticação dos produtos e a globalização dos mercados, propiciada pelos avanços tecnológicos das últimas décadas, criaram, nos países de mercados financeiros desenvolvidos, a necessidade de aumentar a eficiência e melhorar a gestão de risco dos sistemas de pagamentos, de forma a preservar o funcionamento estável dos sistemas financeiros e dar um suporte adequado às atividades produtivas, comerciais, financeiras e de serviços das economias.

Trundle et al (1999) definem que: “Sistema de pagamentos é um conjunto de instrumentos, procedimentos bancários e sistemas de transferência de fundos interbancários que assegura a circulação do dinheiro”.

Para melhorar a gestão de risco dos sistemas de pagamentos que dão suporte as economias mais desenvolvidas, têm sido implementados mecanismos que visem a redução aos agentes econômicos de perdas, resultantes da ausência de perfeita sincronização temporal entre a contratação da operação e a irrevogabilidade e incondicionalidade do pagamento que ocorrem com a liquidação. Neste contexto, são buscadas soluções para evitar, em especial, os riscos de liquidação (risco de liquidez e riscos de crédito) e de revogabilidade e condicionalidade de pagamentos, com o objetivo de defender os sistemas financeiros dos riscos sistêmicos, que ocorrem quando a

insolvência de um interveniente provoca a insolvência de outro ou de vários outros intervenientes.

A crescente demanda internacional, por maior controle de risco aliado à história recente do sistema financeiro brasileiro, contribuiu para o Banco Central do Brasil (BACEN) propor, em julho de 1999, uma reestruturação do atual Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Desta forma, no momento em que o BACEN está promovendo a reestruturações SPB, este trabalho propõe-se a analisar a adequação das empresas ao novo SPB, visto que a discussão ainda não ganhou relevância que merece dentro do âmbito das empresas.

Ploger (*apud* Gazeta Mercantil, 2001) critica o modo como o BACEN está implementando o novo SPB e afirma que o novo sistema ainda é desconhecido da classe empresarial e da sociedade. Além disto, também existem muitas perguntas a serem respondidas antes de sua implementação. O SPB prevê agilizar as transações bancárias, o que eliminaria principalmente grande parte dos pagamentos com cheque, que seriam substituídos por terminais eletrônicos.

O mesmo autor afirma que ainda não foi decidido como serão corrigidos os erros de digitação, já que as operações teriam liquidação instantânea. Outro item é a unificação do padrão eletrônico, pois “existem cerca de 170 bancos no Brasil. Se cada um tiver um sistema diferente, os comerciantes precisariam de uma quantidade grande de terminais para atender ao público”. Problemas como segurança contra falsificação de assinaturas eletrônicas e regras diferentes para prazos de compensação bancária, dependendo do valor das

operações, também poderiam criar situações desagradáveis para os comerciantes.

As mudanças exigidas com a reestruturação do SPB deverão irradiar-se por todos os segmentos da economia, pois todos necessitam, direta ou indiretamente, da intermediação financeira, objeto do sistema. As mudanças envolverão, ainda, alta tecnologia, novos procedimentos, regras, instrumentos e sistemas operacionais para a efetiva transferência de fundos de uma entidade pagadora para uma entidade recebedora.

Conforme BACEN (2001), entre outros aspectos positivos, a reestruturação do SPB retirará do setor público riscos privados, fortalecendo o sistema financeiro, dotará o país de sistema de pagamentos moderno, reduzirá a percepção de Risco Brasil e permitirá maior atratividade para o capital externo, além de ganhos de eficiência à economia.

“O novo Sistema de Pagamentos Brasileiro colocará o Brasil no seleto rol dos países que possuem avançados e seguros sistemas de pagamentos do mundo, e sua avaliação positiva pela comunidade internacional contribuirá para reduzir o Risco Brasil”, estimulando investidores estrangeiros e reduzindo o custo dos recursos captados no exterior, bem como propiciará uma intermediação bancária mais consistente com o Brasil do Século XXI”. (FEBRABAN, 2001).

A reestruturação do SPB para os bancos envolve grandes somas, pois exigirá pesados investimentos em tecnologia. Jordão (2001) afirma que a adesão das instituições financeiras à nova forma de operação exigida pelo BACEN, irá exigir investimentos da ordem de US\$ 600 milhões em planos de

contingência.

Para as empresas de tecnologia e consultoria o SPB está trazendo muitas oportunidades negociais.

“O novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) abriu uma enorme vitrine de oportunidades para a Microsoft. A adaptação do software BizTalk à automatização das transferências de reservas bancárias poderá reverter em 2002 US\$ 40 milhões, basicamente em termos de hardware, serviços e desenvolvimento customizado, além de US\$ 3,5 milhões com a venda desse servidor para integração de aplicações e processos para B2B” (Salasar, 2001).

Já os impactos sobre os negócios realizados pelas empresas financeiras, corretoras, administradoras de fundos e previdência privada, terão que gerir com eficiência seus fluxos de caixa. As empresas serão atingidas com alterações substanciais na forma de administrar seus pagamentos e recebimentos. Para Mouteira (2001), o SPB ampliará uso de cartão empresarial, afirmando que a Mastercard, operadora de cartão de crédito, aposta na disseminação dos meios eletrônicos de pagamento, a partir da entrada em vigor do novo SPB, e que as pequenas e médias empresas, bem como o setor público, são seus principais alvos. Também as pessoas físicas serão afetadas, surgirá de pronto a possibilidade de transferir recursos de sua conta para a conta de outra pessoa em banco diferente do seu, em agências de qualquer localidade do país, sendo o recurso imediatamente disponível para o destinatário.

Sabe-se que as inovações tecnológicas implicam em mudanças, e

estas podem trazer impactos importantes que devem ser previstos para que as empresas possam planejar. Na mudança proativa, a empresa atua como agente ativo e voltada para a ação antecipada e não apenas como paciente do processo que apenas reage posteriormente a suas conseqüências (Chiavenato 2000).

Neste sentido desde o segundo semestre de 1999 os maiores bancos iniciaram estudos definindo estratégias e implementando soluções objetivando adequarem-se ao novo cenário.

Assim, preocupado em analisar a adequação ao novo SPB no ambiente empresarial, teve origem este trabalho.

1.2 Objetivos do Trabalho

Objetivo Geral:

Analisar a adequação das pequenas e médias empresas ao novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Objetivos Específicos:

- Identificar o perfil das empresas de pequeno e médio porte da carteira MDL do Banco do Brasil, de Cornélio Procópio, bem como o perfil de seus administradores;

- Levantar os procedimentos operacional/financeiro das empresas da carteira;
- Verificar a adequação dos empresários em relação ao novo sistema de pagamentos;
- Propor aos empresários ações mitigadoras, visando auxiliá-los na transição do atual sistema para o novo.

1.3 Justificativa e Importância do Trabalho

As inovações tecnológicas dominam a sociedade contemporânea, visto que mudam significativamente a produção e a vida das pessoas. Grande parte das inovações melhora a qualidade de produtos e serviços, eleva a eficiência empresarial, possibilitando, portanto, a universalização do bem-estar.

Para Motta (1999),

“as inovações tecnológicas são um produto tanto da ciência quanto da estrutura social. Os conceitos de modernização, eficiência, produtividade e qualidade possuem valorações diversas, conforme a premissa social sobre o seu uso. Assim, a informatização, a automação e a robotização não se implantam por simples substituição de procedimentos técnicos, mas exigem uma nova concepção do ambiente de trabalho e de organização social da produção. Estas inovações têm impacto na sociedade, pois ampliam ou limitam o acesso de clientela, criam ou reduzem empregos, restabelecem os critérios sobre quem ganha e perde

e, portanto, produzem benefícios e iniquidade sociais.”

Atualmente, uma nova fronteira de expansão é a realização de transações bancárias, inclusive algumas mais complexas, como decisões de aplicação de recursos, através da Internet. Segundo Carvalho et al (2000, p.341):

“O avanço das tecnologias de comunicações permitiu a unificação dos mercados financeiros, ainda em progresso. Já o avanço da informática permitiu não apenas uma ampla racionalização da administração das instituições financeiras como também o desenho de contratos financeiros complexos, onde eventos possam ser combinados ao gosto dos clientes.”

A mudança não é só inevitável, mas necessária à sobrevivência. Mesmo assim, muitos ainda não se conscientizaram que a mudança persegue as pessoas e instituições todos os dias, mesmos os mais atentos não estão imunes aos impactos inesperados da mudança.

A mudança não é simples nem fácil, pois os seres humanos têm uma forte tendência à estabilidade e às formas já estabelecidas de se adaptarem ao trabalho. Na concepção de Motta (1999), a mudança é um ônus, pois requer da pessoa rever sua maneira de pensar, agir, comunicar, inter-relacionar-se e de criar significados para a própria vida.

Para Chiavenato (2000), nos dias atuais, administrar a empresa e administrar a mudança tende a ser quase a mesma coisa: como assegurar que a empresa ocupe o lugar certo para enfrentar os desafios de hoje e de amanhã? E em termos mais globais, como assegurar que nosso país seja

competitivo e aberto para o mundo do futuro?

Na luta pelo acesso ao mercado mundial, a qualidade e produtividade são as principais chaves de todas as principais decisões nessa verdadeira aldeia global. Elas proporcionam preço e confiabilidade.

São as forças do ambiente que possuem enorme poder de mudança, já que as empresas dependem de seu ambiente externo para operar e sobreviver. É no ambiente externo que estão seus mercados de fornecedores e de clientes, bem como seus concorrentes.

“Dinheiro de plástico”, “moeda eletrônica”, “caixas automáticos”, “multibancos” e “transferência *on line*”, são algumas das expressões que passaram a fazer parte do cotidiano dos cidadãos do mundo. Esta evolução não surge isoladamente, ela se insere num contexto mais vasto a “desmaterialização” dos meios de pagamento.

A substituição do papel-moeda pela moeda escritural veio possibilitar a circulação de dinheiro, com a conseqüente transferência de disponibilidades financeiras, através de operações realizadas inteiramente a um nível interno, no seio do sistema bancário. Em pouco tempo as operações bancárias se multiplicaram, o volume de cheques emitidos atingiu proporções inéditas, e os bancos tiveram que se munir de meios capazes de dar resposta a uma procura massificada dos seus serviços. A utilização da informática, em algumas das fases das operações efetuadas, tornou-se inevitável e o setor bancário foi um dos primeiros a ser automatizado e informatizado.

A substituição da moeda escritural pelas transferências de fundos realizadas eletronicamente se traduz, apenas, em mais um passo dado no

sentido da “desmaterialização” dos sistemas de pagamento.

A atual proliferação de terminais de computador, especialmente em estabelecimentos comerciais, permite a realização de inúmeras operações, através da simples utilização de um cartão magnético, conseguindo-se, deste modo, uma redução significativa no tempo de execução das operações, bem como um melhoramento da qualidade dos serviços prestados.

Segundo Guimarães (1999 p. 17).

“a evolução da moeda escritural para a “moeda eletrônica” aumenta significativamente o papel de intermediação das instituições bancárias, sendo os bancos concentrados em grandes grupos econômicos, detentores da tecnologia eletrônica utilizada diariamente em inúmeras operações e, por outro, os consumidores e as empresas; utentes dos serviços, e já dependentes deles, na medida em que não há caminho de volta relativamente à celeridade, racionalização e economia de custos.”

O meio de pagamento ainda mais utilizado no país é o dinheiro seguido dos pagamentos em cheque, entretanto o Brasil vem acompanhando a tendência mundial de migração dos pagamentos através de meios eletrônicos (Costa 2001).

O BACEN está criando sistemas que possibilitam transferências em tempo real entre as instituições financeiras, importando novas tecnologias, trazendo mudanças profundas no relacionamento entre os bancos/empresas, bem como bancos/pessoas físicas que transacionam valores no sistema bancário, sejam eles através de cheques, ordens de pagamento DOC's, pagamentos ou recebimentos.

A implementação dessa mudança para modernizar o sistema de pagamentos brasileiro, com vista a transferir parte dos riscos do setor público para o privado, fará com que o BACEN opere exclusivamente sistemas de liquidação financeira ou de negociação em tempo real e com liquidação bruta, operação por operação (Real Time Gross Settlement – RTGS), em que as transações somente serão liquidadas se existir saldo suficiente na conta Reserva Bancária. O BACEN apoiará também a criação de sistemas privados que promovam a liquidação, segundo resultados compensados líquidos bilaterais ou multilaterais, até o fim do ciclo da negociação (DNS – Deferred Net Settlement).

A reestruturação do SPB afetará o sistema financeiro trazendo mudanças para as atuais práticas e rotinas de gestão financeira.

Cardoso (2000) relata que o banco HSBC reuniu técnicos do BACEN e cerca de 300 empresários em Curitiba para levar o SPB às empresas. Em contato direto com esses empresários, José Schier, gerente do projeto SPB no HSBC, explica que notou que poucas são as empresas já conscientes de que seu caixa será administrado e operado em tempo real, igual ao caixa do banco. E que, assim como o saldo do banco, o saldo das empresas não poderá ficar negativo durante o dia.

A reestruturação de SPB altera significativamente os produtos e custos existentes e exige a criação de novos produtos adequados a atender as novas necessidades do mercado em suas transações financeiras.

Organismos internacionais respeitados, como o Banco para Compensação Internacionais, editaram princípios fundamentais para sistemas

de pagamento sistematicamente importantes. O documento deixa claro que é de responsabilidade do BACEN definir claramente seus objetivos de sistema de pagamentos e divulgar publicamente seu papel e as políticas mais importantes deste sistema. Este procedimento permitirá que operadores e usuários do sistema operem em um ambiente previsível e que hajam de maneira coerente com tais objetivos e políticas.

Para Schioppa (2000), “o BACEN deverá possuir objetivos claros para o SPB. Deverá também definir claramente e divulgar as políticas mais importantes, capazes de afetar operadores e usuários dos sistemas, a fim de garantir que as mesmas sejam bem compreendidas e apoiadas”.

Alves (*apud* Salasar, 2001) ressalta que o SPB exigirá que o conhecimento das novas rotinas e procedimentos seja disseminado por todas as áreas das empresas, do contas a pagar ao marketing, passando necessariamente pela alta administração. Também Moura (*apud* Salasar 2001) afirma que os bancos podem não estar fazendo o trabalho de comunicação que se espera deles. Até porque, justificou, estão evitando divulgar novos produtos e “vantagens competitivas”, para não alertar concorrentes.

Neste contexto, estando o país em plena fase de reestruturação do SPB, é oportuno o desenvolvimento de trabalhos que mostrem as peculiaridades do novo SPB, seu processo de implementação e seu funcionamento, para que os empresários compreendam o cenário das mudanças, a que elas se propõem, o seu impacto a curto, médio e longo prazo, podendo, assim, planejar e adequar-se gradativamente ao novo SPB para melhor conduzir suas empresas.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado em 7 capítulos, sendo este o introdutório.

No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica sobre o Atual Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

No capítulo terceiro é descrito o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.

O quarto capítulo trata da apresentação dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

No quinto capítulo está descrito o estudo de caso: Clientes da carteira MDL do Banco do Brasil em Cornélio Procópio (Pr). Na sequência, serão levantados e discutidos os resultados da pesquisa.

No capítulo sexto são propostas ações que visam contribuir com o meio empresarial durante a fase da implantação do novo sistema.

No sétimo capítulo são abordadas as conclusões e recomendações, bem como sugestões para futuros trabalhos.

Por fim, são apresentados as referências bibliográficas e os anexos.

2 SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO

2.1 Considerações Iniciais

Economicamente os mercados financeiros têm uma função importante na economia, pois permitem que se desloquem fundos de pessoas a quem faltam oportunidades de investimento produtivos a pessoas que têm tais oportunidades (Mishkin *apud* Costa, 2001).




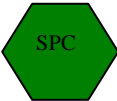
Conforme Souza (2001), o mercado financeiro, no Brasil, passa atualmente por uma transformação, como consequência do processo de reestruturação do SPB, uma exigência para países que almejam integrar-se ao mundo moderno.

O sistema financeiro nacional é composto por instituições responsáveis pela captação de recursos financeiros, pela distribuição e circulação de valores e pela regulação deste processo.

Conforme se verifica na Figura 2.1, os órgãos de regulação e fiscalização são: Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Secretaria de Previdência Complementar (SPC). Fazem parte também do sistema financeiro nacional os bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, sociedades de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias,

agências de fomento, bancos cooperativos e investidores institucionais.

Figura 2.1 – Sistema Financeiro

Órgãos de Regulação e Fiscalização		Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista	Bancos Múltiplos com Carteira Comercial
C M N Conselho Monetário Nacional	<p>Banco Central do Brasil</p>  <p>Comissão de Valores Mobiliários</p>  <p>Superintendência de Seguros Privados</p>  <p>Secretaria de Previdência Complementar</p> 		Bancos Comerciais
			Caixas Econômicas
			Cooperativas de Crédito
		Demais Instituições Financeiras	Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial
			Bancos de Investimento
			Bancos de Desenvolvimento
			Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento
			Sociedades de Crédito Imobiliário
			Companhias Hipotecárias
			Associações de Poupança e Empréstimo
			Agências de Fomento
		Outros intermediários ou Auxiliares Financeiros	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
			Bolsas de Mercadorias e de Futuros
			Bolsas de Valores
			Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários
			Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários
			Sociedades de Arrendamento Mercantil
			Sociedades Corretoras de Câmbio
			Representações de Instituições Financeiras Estrangeiras
		Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros	Agentes Autônomos de Investimento
			Entidades Fechadas de Previdência Privada
			Entidades Abertas de Previdência Privada
			Sociedades Seguradoras
			Sociedades de Capitalização
		Administração de Recursos de Terceiros	Sociedades Administradoras de Seguro-Saúde
			Fundos Mútuos
			Clubes de Investimentos
		Sistemas de Liquidação e Custódia	Carteiras de Investidores Estrangeiros
			Administradoras de Consórcio
			Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC
			Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP
			Caixas de Liquidação e Custódia

Fonte: BACEN, 2002

Para Mishkim (*apud* Costa, 2001), o sistema financeiro é um dos setores mais regulamentados. Isto ocorre por três razões principais: aumentar a

disponibilidade de informação aos investidores, assegurar a saúde do sistema financeiro e melhorar o controle da política monetária.

A desregulamentação e liberalização do mercado financeiro é um processo que vem sendo pressionado pela globalização.

Para Carvalho et al (2000):

“a globalização implica num movimento adicional, de redução das diferenças de natureza legal e institucional entre as economias. Globalização implica equalização de condições de operação e, com isso, a tendência à unificação dos mercados”.

O forte processo de inovação tecnológica, como a comunicação em tempo real que permite a atuação simultânea em mercados geograficamente distantes, reforça também a tendência de desregulamentação. Para Carvalho et al (2000) “a alteração da forma de operação do setor financeiro, em função de inovações tecnológicas, é o segundo principal argumento em favor da desregulação financeira”.

Há tempos o governo vem implementando medidas para diminuir sua intervenção no mercado financeiro. Mormino (2001) afirma que:

“a maior transformação institucional que está ocorrendo na sociedade brasileira diz respeito ao papel do estado na economia. Desde o final dos anos 80 há uma tentativa de corrigir a excessiva participação do governo e dar uma maior ênfase na economia de mercado”.

Neste contexto, o governo federal, através do BACEN, propõe a implantação, a partir deste ano, de um novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.

2.2 Sistema Atual

O sistema de pagamentos, segundo Moradei (*apud* Costa, 2001, p. 60), é “um conjunto de sistemas operacionais integrados com o fim de transferir fundos do devedor para o credor e, com isso, encerrar uma obrigação”.

Para Trundle et al (1999), o sistema de pagamentos é um conjunto de instrumentos, procedimentos bancários e sistemas de transferência de fundos interbancários que assegura a circulação do dinheiro.

A função básica de um sistema de pagamentos é transferir recursos, bem como processar e liquidar pagamentos para pessoas, empresas e governo, Banco Central e instituições financeiras. O cliente bancário utiliza-se do sistema de pagamentos toda vez que emite cheques, faz compras com cartão de débito e de crédito ou, ainda, quando envia um documento de crédito (DOC).

Os sistemas operacionais interligam, por meio de uma cadeia não coordenada de ordens de pagamentos, os agentes não-bancários, os bancos e o banco central. O montante das transferências diárias é transformado em poucas transferências interbancárias de fundos de alto valor nas contas reservas bancárias que cada banco mantém no BACEN. Como resultado destas transferências, desequilibra-se o fluxo de caixa dos bancos nas reservas bancárias, criando a condição para o funcionamento de mercado um interbancário de reservas.

Conforme informações contidas no *site* do Banco do Brasil (2001), a primeira Câmara de Compensação do Brasil iniciou suas operações em 1921

no Rio de Janeiro, onde eram trocados cheques e ordens de pagamento à vista, em câmaras de compensação localizadas nas agências do Banco do Brasil. Em 1932, teve início a Câmara Compensação de São Paulo.

Em 1969, foi criado o Sistema de Integração Regional de Compensação (SIRC), permitindo a integração de praças localizadas em uma mesma região, agilizando a liquidação dos documentos.

Na década de 70, foi instituída a compensação de recebimentos, o que possibilitou o trânsito pelo serviço dos bloquitos de cobrança e dos DOCs. Em 1972, foi criado o Serviço Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Em 1983, foi implantada a Compensação Nacional, interligando todo o país para fins de liquidação de cheques. Surge, em 1985, a Bolsa Mercantil & de Futuros, que passou a oferecer à negociação produtos financeiros em várias modalidades operacionais. Entretanto, em 1991, a BM&F funde-se a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, criando a Bolsa de Mercadoria & Futuros (BM&F).

Criada em 1986, a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), onde se custodiam, registam e liquidam financeiramente as operações feitas com todos os papéis privados e os títulos estaduais e municipais.

Em 1988, passa a ser utilizada a Compensação eletrônica, trazendo ganhos de produtividade, rapidez e redução de custos. Sendo que desde 1997, em torno 100% dos documentos são compensados de forma eletrônica.

O Serviço de compensação de cheques e outros papéis é regulamentado pelo BACEN e dele participa todos os bancos comerciais e caixas econômicas do sistema financeiro nacional.

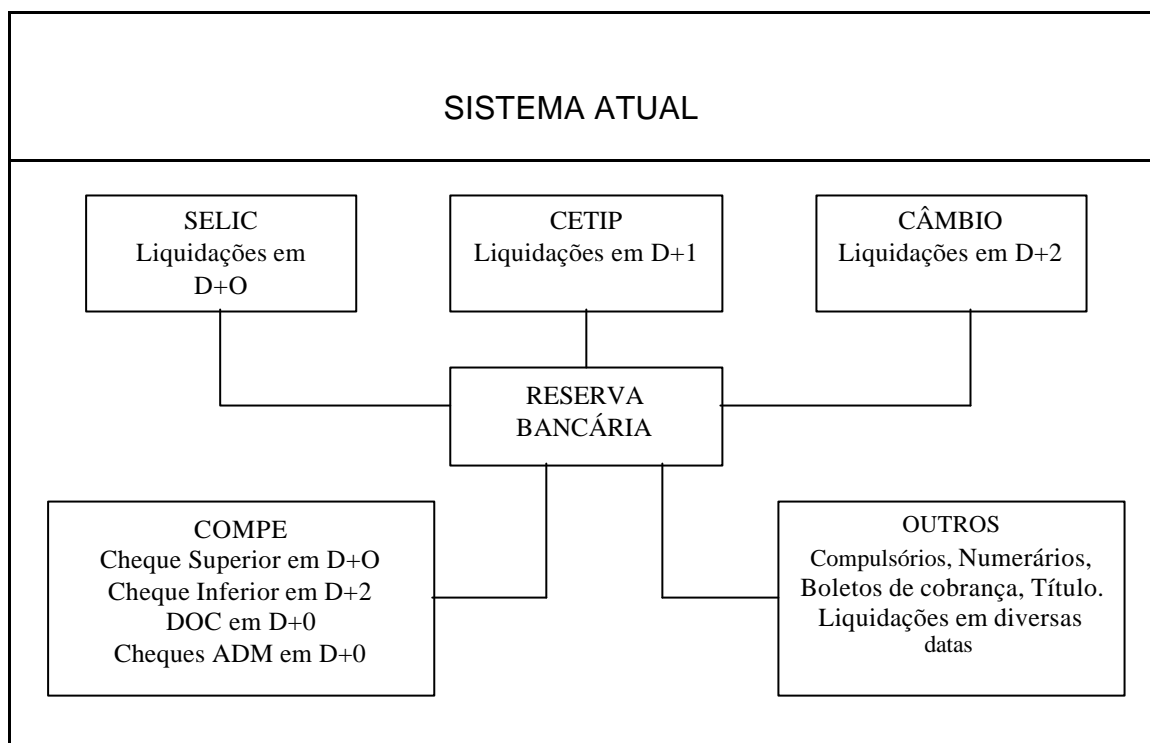
Segundo Robles e Bacci (2001) o BACEN desempenha as funções de administração, organização, normatização das atividades do sistema financeiro brasileiro e tem como ponto principal zelar pelo bom funcionamento e integridade do sistema financeiro nacional.

O Banco do Brasil é o executante da compensação, sendo responsável pela normatização e administração do serviço e pelo processamento de todos os documentos compensáveis.

O SPB é composto por seis sistemas/entidades responsáveis por prestar serviços de compensação e liquidação, são eles: Serviço Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (COMPE), Sistema de Liquidação de Operação de Câmbio (CÂMBIO), a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e Bolsa de Mercadorias & Futuro (BM&F), sendo que os quatros primeiros efetuam liquidação financeira diretamente nas contas reservas bancárias no BACEN. A BM&F e a CBLC promovem a liquidação das operações via CETIP pelo valor líquido no final do dia.

A Figura 2.2 esquematiza o atual Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Figura 2.2 - Sistema de Pagamentos Brasileiro



Fonte: Robles e Bacci (2001)

O SELIC, CETIP, COMPE e CÂMBIO, pelo fato de não possuírem mecanismo de controle e administração de riscos, criam ineficiências operacionais e potencializam riscos para os participantes do mercado e para o BACEN.

Conforme o BACEN (2001b),

“ em nenhuma das câmaras há mecanismo de gerência de riscos capaz de absorver a insolvência de um de seus participantes. De modo geral, as mensagens de liquidação financeira enviadas por elas ao Banco Central não são criticadas quanto a saldo, sendo possível a manutenção

de saques a descoberto ao longo do dia na expectativa de acerto do saldo com lançamento de outra origem.”

Nenhuma dessas câmaras garante a finalização das operações, como não existe mecanismo de controle dos riscos nas câmaras que possibilitem a absorção de insolvência de seus participantes, na eventualidade de inadimplência, pois conforme Robles e Bassi (2001),

“o Banco Central evita devolver ordens de liquidação dessas câmaras de compensação com saldo insuficiente, arcando com o risco de crédito. Essa “garantia” de liquidação, sob a qual opera o sistema financeiro, torna os participantes relaxados em suas avaliações dos riscos envolvidos nos sistemas e nas contrapartes com que eles operam.”

As liquidações financeiras das operações com ativos financeiros ocorrem, muitas vezes, nos dias seguintes as operações. As operações são liquidadas em lotes contra as contas reservas sem que os saldos sejam testados. Portanto, o BACEN só pode verificar a disponibilidade de saldo das contas reserva bancárias das instituições financeiras no final do dia, após o lançamento do último lote.

Excluindo os risco de fraude e operacionais, a maior fonte de risco em sistema de pagamentos, conforme o BACEN, é a defasagem do tempo entre a contratação e a liquidação da operação, denominada *lag* de liquidação. Essa defasagem cria a possibilidade de a contraparte tornar-se inadimplente ou insolvente antes de a liquidação financeira ocorrer.

O *lag* de liquidação possibilita o risco de liquidação do pagamento, que se divide em risco de crédito e de liquidez. O risco de crédito está associado à

insolvência da contraparte responsável pela transferência de fundos, a contraparte não cumpre a obrigação de transferência de fundos para a liquidação do pagamento. O risco de liquidez caracteriza-se pelo atraso no recebimento de fundos, para liquidação do pagamento no prazo estipulado.

De acordo com Machado (2001),

“até que a liquidação esteja completada, o banco não possui certeza dos fundos que receberá por meio do sistema de pagamentos e se a liquidez de seu fluxo de caixa está adequada. Essa incerteza gera ineficiências, pois eleva os encaixes precaucionais de reservas.”

O fato das transferências resultantes do SELIC serem processadas durante à noite, faz com que o BACEN só possa verificar se alguma instituição financeira ficou com sua conta de reservas bancárias devedora no dia seguinte. Isto implica em dizer que os pagamentos podem ser considerados revogáveis e condicionados à existência de saldo na contas reservas.

Conforme Jordão (2001), atualmente as instituições podem ficar com saldo negativo na conta de reservas bancárias durante o dia, mas operam buscando torná-la positiva no final dos lançamentos, à noite. Esta situação ocorre porque cada sistema que faz lançamentos na conta reservas bancárias tem um horário específico, só permitindo ao BACEN visualizar a situação particular de uma instituição após os lançamentos do último sistema.

Quando o saldo na conta reservas bancárias de uma instituição financeira não for suficiente para cobrir a sua posição devedora, após completar todos os lançamentos, o Banco Central pode fazer a devolução de todos os lançamentos a descoberto nesta conta ou deve fornecer liquidez para

dar curso à cadeia de pagamento. Para Sousa (2001), a primeira alternativa pode desencadear um processo de inadimplência em cadeia com possibilidade de desestabilização da economia. A Segunda, evita o processo de inadimplência em cadeia, porém acarreta a socialização das perdas entre a sociedade, quando o BACEN arca com o prejuízo, pois, para o autor,

“a ausência de liquidação final e a conseqüente defasagem entre a instrução de um pagamento e a sua liquidação final implicam falta de sincronismo entre a entrega dos ativos e o pagamento final nos processos de liquidação de ativos.”

Entretanto, para “Machado (2001), no atual sistema de pagamentos há ampla automação dos processos, reduzindo o tempo de processamento. Os títulos negociados são todos desmaterializados, permitindo sistema de custódia eletrônica, que é mais ágil e de menor custo. A base tecnológica de telecomunicações atende plenamente às necessidades. As câmaras de compensação já existem e operacionalmente funcionam de modo adequado.

2.2.1 Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (COMPE)

O SCCOP, mais conhecido como COMPE, atualmente tem papel preponderante no sistema de pagamentos. É o sistema responsável pela compensação/liquidação de cheques, documento de crédito (DOC), bloqueto de cobrança e outros. Participam do sistema todos os bancos comerciais e as caixas econômicas, o Banco do Brasil S/A, como administrador do sistema e o

Banco Central, como seu regulador.

Listfield e Montes-Negret (*apud* Costa, 2001) afirmam que:

“ O Sistema de Pagamentos Brasileiro tem no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis – SCCOP o principal meio para cursar transferências interbancárias. Esse sistema é considerado um dos mais ágeis e automatizados do mundo, levando-se em conta que proporciona cobertura de todo o território nacional, pratica prazos de compensação reduzidos e possui elevado índice de automação de processamento.”

O resultado financeiro compensado apurado nas sessões diárias de troca e de devolução de documentos é encaminhado pelo Banco do Brasil S/A ao BACEN para liquidação na conta reservas bancárias. O resultado financeiro é encaminhado em duas parcelas diárias, COMPE noturna e COMPE diurna.

A COMPE noturna é lançada na conta reservas bancárias por volta das 6:30 h de cada dia (Dzero) e reflete o resultado da troca noturna de D-1 (troca noturna do dia anterior) e compreende os cheques maiores que R\$ 300,00, DOC, bloquetos de cobrança e as ordens bancárias do tesouro nacional acolhidos na rede bancária no dia anterior.

A COMPE diurna é lançada na conta reservas bancárias por volta das 18:30 h e reflete o resultado da troca diurna de (Dzero) e compreende os cheques abaixo de R\$ 300,00, acolhidos pela rede bancária em D-1. Compõem ainda esse resultado as transferências interbancárias apuradas por empresas de cartões de crédito e por empresas prestadoras de serviços bancários.

Segundo Costa (2001), as trocas físicas de documentos são realizadas por meio de três tipos de câmaras de compensação: Sistema Local, Sistema

Integrado Regional e Sistema Nacional. O Sistema Local abrange as dependências de bancos locais em qualquer praça de difícil acesso onde o Banco do Brasil mantenha agência. O Sistema Integrado Regional são câmaras instaladas em praças estrategicamente situadas e abrange as dependências de bancos localizadas em praças de uma região, previamente determinada pelo Banco do Brasil. Já o Sistema Nacional abrange todas as dependências de participantes instaladas em qualquer praça do país. O Sistema Nacional está centralizado na câmara de compensação de São Paulo por lá estarem presentes ou representados todos os bancos participantes.

É prática os bancos liberarem os valores correspondente aos cheques ou aos DOCs recebidos para determinados clientes, antes de esgotado o prazo normal de bloqueio, para pagamentos por cheques ou DOC. O banco corre o risco do cliente, já que antecipa o crédito confiando que o cliente o cobrirá, caso os depósitos realizados não se confirmem.

Desde que não ocorra a devolução do depósito realizado pelo cliente, do ponto de vista da conta reservas bancárias, esse procedimento é neutro financeiramente, visto que o documento compensado em Dzero corresponde à reserva ganha ou perdida em D+1.

Conforme o BACEN(2001a):

“Os cheque e os DOC respondem por mais de 86% de todo o resultado da COMPE. Sendo a absoluta maioria dos cheques e DOC de pequenos valores. Observa-se que 98,8% dos cheques compensados no período de abril a julho de 2001 expressavam valores abaixo de R\$ 5 mil. No caso do DOC, 85,3%. O valor de R\$ 5 mil foi tomado apenas

como referência, não significando que aí se encontra o marco divisório entre grandes valores ou pagamentos críticos e varejo. Os cheques de valor a partir de R\$ 5 mil (1,2% dos cheques compensados no mesmo período) corresponderam a R\$ 399,1 bilhões (69% do valor total dos cheques compensados). No caso dos DOC, os 14,7% de documentos com valores a partir de R\$ 5 mil corresponderam a R\$ 433,6 bilhões (pouco mais de 96% do valor total dos DOC compensados). Tomando-se apenas os cheque e DOC de valor acima de R\$ 5 mil, observa-se que corresponderam à cerca de 1,3% do total de documentos compensados e a quase 70% do valor total compensado, no período considerado.”

Para Souza (2001), o SCCOP pode ser considerado um sistema de transferência de recursos financeiros que opera um modelo DNS (Deferred Net Settlement Systems) não-garantido, já que não possui mecanismos específicos de gerenciamento e controle dos riscos de crédito e liquidez.

2.2.2 Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)

O SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, foi criado em 1980, sob a administração do Banco Central do Brasil, sendo atualmente administrado pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto do Banco Central – DEMAB e recebe suporte tecnológico da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA.

O sistema SELIC é responsável pelo registro/liquidação das operações

com títulos de emissão do Tesouro Nacional do BACEN, de alguns títulos estaduais e municipais e de depósitos interfinanceiros.

Segundo BACEN (2001b), o SELIC destina-se ao:

“registro de títulos e depósitos interfinanceiros por meio de equipamento eletrônico de teleprocessamento, contas gráficas abertas em nome de seus participantes, bem como ao processamento, utilizando-se o mesmo mecanismo, de operações de movimentação resgates, ofertas públicas e respectivas liquidações financeiras”.

O sistema realiza as transações, primárias e secundárias, com títulos públicos federais e com DI reserva. Todos os títulos negociados neste sistema são desmaterializados (escriturais) e custodiados em nome de seus possuidores. A liquidação financeira é defasada e processada pelo valor líquido multilateral DNS (Deferred Net Settlement), e ocorre o lançamento na conta reservas bancárias dos pagamentos decorrentes das operações realizadas por volta das 23 horas do mesmo dia da operação. Para evitar o risco de principal, as negociações ocorrem por meio de mecanismo de entrega contra pagamento modelo 2 de DVP (Delivery Versus Payment), em que a transferência de custódia está atrelada à mensagem de liquidação financeira específica. Como o sistema prevê que, em caso de inadimplência de qualquer das partes a operação não se concretize, é possível desfazer a cadeia de negociações, evitando o risco do principal, porém mantendo o risco de mercado.

Para Souza (2001):

“O sistema SELIC pode ser considerado um sistema DNS não-garantido, uma vez que não tem qualquer provisão formal no que se refere ao controle e

gerenciamento de riscos, a fim de garantir a certeza da liquidação. Essa afirmação costuma ser questionada por parte do mercado, que não percebe a existência de riscos no SELIC. De fato, a insolvência de um participante no SELIC não tem acarretado maiores perdas para as contrapartes, pois o Banco Central, em razão da atual estrutura de pagamentos, acaba arcando com os eventuais prejuízos”.

No SELIC as instituições custodiantes são aquelas possuidoras de conta reservas bancárias para liquidação das operações, e as instituições subcustodiantes são as que não possuem conta reservas bancárias e vinculam-se a uma instituição custodiante para processamento e liquidação de suas operações. As instituições custodiantes estão habilitadas a transmitir comandos de débito, de crédito e de consultas às suas próprias contas, às contas de instituições titulares de contas de subcustódia que lhe esteja vinculada e à de seus clientes.

2.2.3 Sistema de Liquidação de Operações de Câmbio

As operações de câmbio não podem ser praticadas livremente no Brasil, devem ser conduzidas através de um estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio.

Estão autorizados a operar em câmbio nas posições compradas e vendidas os bancos múltiplos com carteira comercial ou de investimento, os bancos comerciais e os bancos de investimentos.

Conforme a BM&F (apud BM&F, 2001b):

“As Operações de câmbio no mercado interbancário brasileiro são liquidada por um sistema de registro de operações administrado pelo Banco Central. Nesse sistema, os negócios são liquidados pelos valores brutos (operação por operação) nas duas moedas, independente da posição líquida final – comprada, vendida ou nula.”

A liquidação da moeda nacional é feita, automaticamente, por débito e crédito na conta reservas bancárias dos participantes, no mesmo dia pelo Banco Central, independente da existência de saldo, visto que no modelo atual somente em D+1 é possível verificar a existência ou não de saldo na conta reservas bancárias.

Por outro lado, a transferência de recursos em moeda estrangeira é realizada, operação por operação, junto aos bancos correspondentes no exterior e, geralmente, confirmada no fechamento do mercado financeiro de Nova York. Para Sousa (2001), isso implica dizer que não se aplica ao processo de liquidação de operações de câmbio o princípio de pagamento contra pagamento (payment versus payment – PVP), visto que a transferência dos recursos no exterior não é feita simultaneamente à transferência dos recursos em moeda nacional.

Conforme Mormino (2001):

“A estrutura do mercado interbancário de câmbio brasileiro em vigor resulta em um quadro em que, dos aproximadamente 130 bancos autorizados, apenas de 50 a 60% são ativos. Além do mais, menos de 20 bancos concentram mais de 80% do valor total negociado.”

O mesmo autor afirma que a concentração ocorre em função do elevado risco de crédito envolvido nessas transações, o que se resulta em um processo seletivo cuja característica principal é o estabelecimento de limites bilaterais entre as partes. O Banco Central, por sua vez, acaba assumindo os riscos produzidos pelos demais participantes, quase que induzindo a suposição generalizada de liquidação certa. Com isso, elevando-se o potencial de risco sistêmico.

2.2.4 Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP)

A CETIP - Central de Custódia e Liquidação de Títulos, é o local criado pelas instituições financeiras, em 1986, onde se custodiam, registram e liquidam financeiramente as operações feitas com todos os papéis privados e os títulos estaduais e municipais. Também realiza a liquidação financeira das operações das Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia e da Bolsa de Mercadorias e Futuros.

Para BM&F (*apud* BM&F, 2001a), a CETIP:

“Possui uma estrutura de salvaguardas, que permite garantir a integridade do mercado e os direitos contratuais de seus participantes. Esse sistema compreende: a liquidação das operações em D+1; ajustes diários; a margens inicial e adicional de garantia; limites operacionais; caução de títulos; fundos: Especial de Liquidez dos Membros de

Compensação, de Liquidação de Operações e de Garantia dos Investidores”.

Na CETIP a liquidação é defasada e processada pelo valor líquido multilateral, sendo lançados na conta reservas bancárias por volta das 16 horas do dia útil seguinte ao registro da operação no CETIP. Opera com o mecanismo de entrega contra pagamento, o negócio só é aceito pelo sistema com a confirmação da liquidação financeira.

Conforme Souza (2001), a CETIP opera:

“vários sistemas de liquidação de ativos, cada um responsável por um ou um conjunto de títulos, por exemplo: o sistema Nacional de Debêntures – SND, o Sistema Nacional de Ativos – SNA etc. Seu funcionamento operacional é muito similar ao do SELIC (a CETIP também opera um modelo 2 de DVP); a principal diferença reside na duração do ciclo de liquidação, pois a liquidação dos pagamentos ocorre ao final do dia útil seguinte ao do registro da operação.”

3 O Novo Sistema de Pagamentos Brasileiro

3.1 Considerações Iniciais

Em junho de 1999 a diretoria do BACEN aprovou o projeto de reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, que promoverá uma profunda alteração na forma como os pagamentos serão feitos no país. Conforme o BACEN (2001a), o projeto compreende, basicamente, dois aspectos: estabelecimento de diretrizes a serem observadas na reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro, com vistas ao melhor gerenciamento do risco sistêmico; e implantação de sistema de transferência de grandes valores com liquidação bruta (pagamento a pagamento) em tempo real e alteração no regime operacional da conta reservas bancárias, que passará a ser monitorada em tempo real.

Sendo que as diretrizes foram:

- Definição do papel do Banco Central;
- Redução do risco de crédito do Banco Central;
- Irrevogabilidade e incondicionalidade dos pagamentos (FINALITY);
- Participantes com pleno conhecimento dos riscos envolvidos nos sistemas em que opera;
- Redução da defasagem entre a contratação de operações e a sua liquidação financeira;
- *Clearings* com mecanismo para redução de risco e contingência adequada;
- Adoção de base legal adequada.

O modelo criado pelo BACEN para o novo SPB de modo geral, visa o aumento da eficiência, melhorias na gerência de risco e a criação de mecanismos que reduzam a possibilidade de perdas, enquanto o pagamento ainda não se tornou final. Para isso, o BACEN disponibilizará o Sistema de Transferência de Reservas (STR), que permite a liquidação financeira em tempo real, efetuando a liquidação bruta operação por operação, utilizando o modelo (RTGS – Real Time Gross Settlement).

Para Souza (2001, p. 53),

“a opção do Banco Central em administrar exclusivamente sistema RTGS está relacionada à necessidade de transferir para o mercado o risco de crédito que atualmente suporta e, ao mesmo tempo, garantir sua liberdade de atuação como autoridade monetária e cambial.”

A introdução deste sistema para transferência de grandes valores constituirá plataforma para a redução de defasagem de liquidação financeira de inúmeras transações, reduzindo o risco no Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Salasar (*apud* Gazeta Mercantil, 2001d) cita a explicação dada pelo diretor do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo, sobre as três razões básicas para a reforma do SPB: retirar do BACEN o risco sistêmico assumido em princípio pela autoridade monetária; aumentar a eficiência do SPB e diminuir o risco interbancário, coibindo instituições muito agressivas.

Para dar amparo jurídico, foi necessário adequar estrutura legal, sendo que em dezembro de 1999 foi publicada a Medida Provisória número 2.008, (BACEN) que definiu o conceito de compensação multilateral e introduziu a necessidade de as câmaras sistematicamente importantes atuarem como

contraparte central. Destacamos ,também, a Circular 3018 de 21.12.2000, do Banco Central, que proíbe a existência de saldo devedor na conta reservas bancárias das instituições financeiras.

Conforme o BACEN (2001a), os pagamentos cursados pelo sistema observarão os princípios de irrevogabilidade e incondicionalidade. O Sistema acatará exclusivamente ordens de crédito e a informação pertinente ao pagamento somente será transmitida ao creditado concomitantemente à validação do lançamento na conta reservas bancárias. Essa validação somente ocorrerá se o saldo disponível na conta da instituição que comandar a ordem tiver saldo suficiente.

O novo SPB altera significativamente o tratamento da conta reservas bancárias, já que o saldo da mesma será monitorado pelo BACEN em tempo real, não permitindo saldo negativo na conta em nenhum momento do dia. A monitoramento *online* da conta Reservas Bancárias, impactando a conta no momento em que ocorrem as transações, vai requerer dos bancos um maior esforço para manter a conta positiva ao longo do dia.

O Banco Central oferecerá uma linha de redesconto intradia, além das linhas atuais, com concessão e pagamento no mesmo dia, sem custo financeiro, mediante operações compromissadas com títulos públicos federais, como medida de apoio ao sistema financeiro na manutenção de saldo positivo na conta reservas bancárias.

Lucchesi (*apud* Valor Econômico, 2001) afirma que:

“O Sistema de Transferência de Reservas do Banco Central só vai repassar recursos em tempo real e somente se os bancos tiverem fundos

efetivos. Caso contrário, a operação será retardada ou o banco deverá recorrer a empréstimo do BACEN garantido por título público – a nova operação de redesconto.”

O BACEN apoiará a criação de câmaras de compensação e liquidação privadas *clearings*. Essas câmaras deverão operar na modalidade LDL (Liquidação Defasada Líquida equivalente à sigla DNS – Deferred Net Settement), seja para a transferência de fundos, negociação de títulos ou de moeda estrangeira.

Para Souza (2001), a constituição de câmaras LDL privadas para a transferência de fundos e liquidação de operações financeiras é importante para o funcionamento eficiente dos mercados e da economia, na medida em que demandam menos liquidez e, assim, tendem a ser mais baratas para a liquidação de operações e a realização dos pagamentos menos críticos.

Para Robles e Bacci (2001), a Lei número 10.214/2001 que dispõe sobre o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro tem como objetivo principal a criação de Câmaras de Compensação independentes e privadas (*clearings*), denominadas de câmaras de prestadores de serviços de compensação e de liquidação, e que essas novas câmaras assumam os riscos que o sistema de pagamentos incorrer.

O sistema de transferências interbancárias de grandes valores será feito através do STR operado pelo BACEN e pelas Câmaras LDL a serem operadas pelo setor privado.

Souza (2001) cita que, no momento, os candidatos à prestação dos serviços de liquidação de ativos, pagamentos e operações de Câmbio são:

“a CBLC, que pretende estender seus serviços para liquidação de ativos em geral (títulos de renda fixa de emissão pública e privada e ações); a CETIP, que está se preparando para implantar um sistema DNS garantido para liquidação de títulos de renda fixa de emissão privada; e a BM&F, que está constituindo a câmara DNS para operações de câmbio. A Federação Brasileira das Associações de Banco – FEBRABAN também está implementando uma nova câmara para liquidação de pagamentos, a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), que deverá ser operacionalizada pela CETIP.”

Para Mormino (2001), em síntese, o novo sistema baseia-se na criação de um conjunto de procedimentos, regras, instrumentos e sistemas operacionais integrados, que visa reduzir a defasagem entre a contratação e a liquidação das operações, transferindo o risco do Banco Central para os participantes do sistema bancário, visando reduzir o risco sistêmico. Entre inúmeras novidades, o SPB estabelece novos mecanismos de compensação e um sistema de transferência de reservas em tempo real, com feições semelhantes aos já adotados pelos Estados Unidos e alguns países da Europa.

- Sistema de Liquidação pelo Valor Bruto em Tempo Real (LBTR)

Conhecido como RTGS – Real Time Gross Settlement, sendo que no Brasil o BACEN tem utilizado a Sigla LBTR – Liquidação pelo Valor Bruto em Tempo Real, são sistemas nos quais a liquidação ocorre de forma contínua ou

em tempo real e que, portanto, a compensação é feita operação por operação.

De acordo com Lucas (*apud* Costa, 2001 p.46), LBTR são mecanismos constituídos por sistemas de liquidação em tempo real, pelo valor bruto, efetuando o débito na conta do remetente e o crédito ao destinatário, desde que o banco pagador disponha de créditos suficientes na conta reservas bancárias junto ao Banco Central ou câmara de compensação por onde esteja transitando a operação.

Machado (2001) afirma que o risco de liquidez ainda pode ocorrer quando, no momento contratado para liquidação, o banco remetente não dispuser dos fundos. Afirma, ainda, que como os pagamentos são de grandes valores e liquidados pelo valor bruto, este tipo de liquidação requer maior demanda por reservas bancárias.

De acordo com Souza (2001), como os sistemas RTGS requerem uma maior disponibilidade de liquidez dos participantes, ele acarreta maior custo.

O mesmo autor afirma também que:

“os sistemas RTGS têm sido a opção preferida dos bancos centrais.

Uma das explicações para essa tendência consiste no fato de os sistemas RTGS serem apropriados às necessidades do Banco Central como órgão fiscalizador/supervisor do sistema financeiro e agente responsável pelas políticas monetária e cambial.”

- Sistemas de Liquidação pelo Valor Líquido Diferido (LDL)

Conhecido com DNS (deferred net settlement systems), sendo que no Brasil o Banco Central tem adotado a sigla LDL – Liquidação Diferida Líquida, são os sistemas cuja compensação é feita pelo saldo líquido e a liquidação ocorre em momento futuro, em um ou mais intervalos predefinidos.

Para Machado (2001), nesse sistema as instruções de pagamentos são liquidadas ao final do período com a transferência do valor líquido multilateral dessas instruções. E a principal vantagem de sistemas DNS é a baixa demanda por reservas bancárias, pois a compensação multilateral dos valores entre os participantes reduz o volume de recursos a serem transferidos.

Souza(2001) afirma:

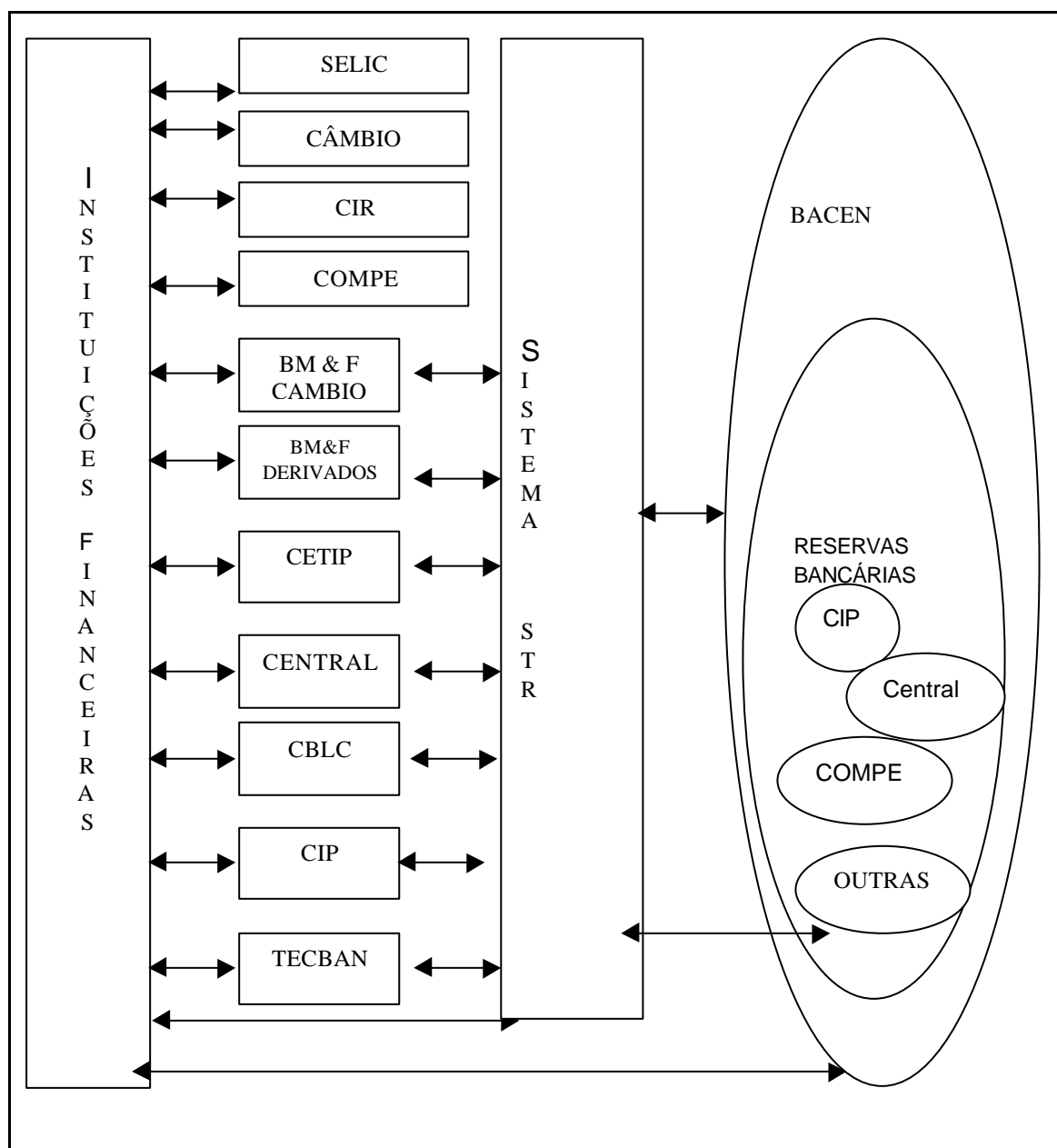
“que os sistemas de pagamentos DNS, pela característica de compensar posições devedoras com posições credoras, são considerados mecanismos eficientes para o gerenciamento de liquidez e redução de custos. Mas sua eficiência em reduzir a exposição dos participantes aos riscos de crédito e liquidez nem sempre é alcançada, e, por isso, deve ser cuidadosamente avaliada.”

Esclarece, ainda, que os sistemas DNS garantidos são os sistemas que possuem mecanismos claros e efetivos de controle de gerenciamento de riscos.

A figura 3.1 representa o fluxograma do novo SPB. Verifica-se que o sistema STR é o centro de toda mudança, já que as liquidações vão transacionar pelo STR, que alimentará a conta reservas bancárias das

instituições financeiras. Composto também o novo sistema as *clearings*: CBLC, SELIC, CIP, COMPE, CENTRAL/CETIP, CÂMBIO/BM&F, TECBAN.

Figura 3.1 – Fluxograma do Novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.



Fonte: Costa (2001, p. 96)

Sistema de Transferência de Reservas (STR)

O Sistema de Transferência de Reservas (STR) desenvolvido e administrado pelo Banco Central processará em tempo real e operação por operação, a transferência de fundos entre conta reservas bancárias de instituições financeiras.

Quando ocorrer a instrução de crédito comandada pelos titulares das conta reservas bancárias, por ordem de clientes ou por operações próprias, os pagamentos serão efetivados, após ter sido verificado a existência de saldo suficiente para suportar o lançamento a débito na mencionada conta, dando-lhes curso, mantendo-os pendentes ou rejeitando-os, quando for o caso.

Conforme o BACEN (2001c), as ordens de crédito liquidadas na conta reservas bancárias serão finais, irrevogáveis e incondicionais. A instituição favorecida somente será comunicada a respeito da ordem de crédito quando esta for liquidada, ou seja, não será antecipada pelo BACEN a informação de ordem de crédito pendente de liquidação.

Vale lembrar que a efetivação de transferência de ordens de créditos entre instituições financeiras, via STR, assemelha-se a um saque realizado pelo cliente na caixa do banco, estando, portanto, sujeita às regras similares as atualmente estabelecidas para saque em dinheiro pelos clientes. Por exemplo, a liberação, para transferência em sistema como o STR, de recursos depositados por cheque e ainda não disponíveis, configurará um crédito concedido pela instituição financeira ao cliente.

Os lançamentos a débito da conta reservas bancárias serão realizados

observando-se sua ordem cronológica de entrada, enquanto houver saldo que os suporte. Sendo que os lançamentos pendentes a débito da conta serão ordenados segundo o nível de prioridade e, dentro de cada nível, conforme sua ordem cronológica de entrada no STR.

Serão três os níveis de prioridade, sendo que as instituições detentora de conta reservas bancárias terão plena liberdade para estabelecer o nível de prioridade B ou C para todos os lançamentos que comandar, exceto em se tratando de saque de numerário e de transferência a favor de conta de liquidação mantida no BACEN por câmara LDL.

Para induzir que os documentos com valor acima de R\$ 5.000,00 deixem de transitar via COMPE, o Banco Central exigirá dos bancos que mantenham um depósito de garantia, no valor dos cheques e DOCs emitidos por seus clientes. Como esse depósito será obrigatório e não remunerado, o Banco Central acredita que os bancos encontrarão formas de estimular a clientela a não emitir mais cheques e DOCs acima de R\$ 5.000,00.

Neste sentido, Salasar (2001b) afirma:

“os bancos estão com uma batata quente nas mãos: o cheque de R\$ 5 mil ou mais, que é o limiar das transferências de fundos em tempo real do novo SPB. Para não mais arcar com o risco de ser o pagador final de toda transferência de fundos feita atualmente no país, o Banco Central quer que os bancos “induzam” os clientes a efetuar seus pagamentos e recebimentos pelo STR, do próprio Banco Central que é a espinha dorsal do novo sistema de pagamentos ou pelo seu sucedâneo, a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e as demais *clearing* do setor. Para

tanto, vai instituir um depósito prévio que os executivos chamam de *pré-funding*".

Conforme BACEN (2001d), a exigibilidade de depósito prévio corresponderá à média aritmética do valor diário da soma dos cheques sacados contra a instituição e dos DOC por ela emitidos e que transitarem pelo SCCOP em cada período de cálculo (período de duas semanas iniciando na quarta-feira e terminando na terça-feira), considerando somente cheques e DOC iguais ou acima de R\$ 5.000,00.

3.3 Câmaras Interbancárias de Pagamento (CIP)

A Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) é uma das *clearing's* que estarão aptas a funcionarem no mercado financeiro. Criada pela FEBRABAN-Federação Brasileira das Associações de Bancos, a CETIP foi escolhida pela FEBRABAN para operacionalizar os serviços da CIP. Conforme CETIP (2001). A CIP será responsável pela provisão de sistemas, centros de processamento e suporte de informática necessários à operação da nova empresa."

A Câmara Interbancária de Pagamentos foi constituída na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com capital inicial de R\$ 30 milhões, e sua sede em São Paulo.

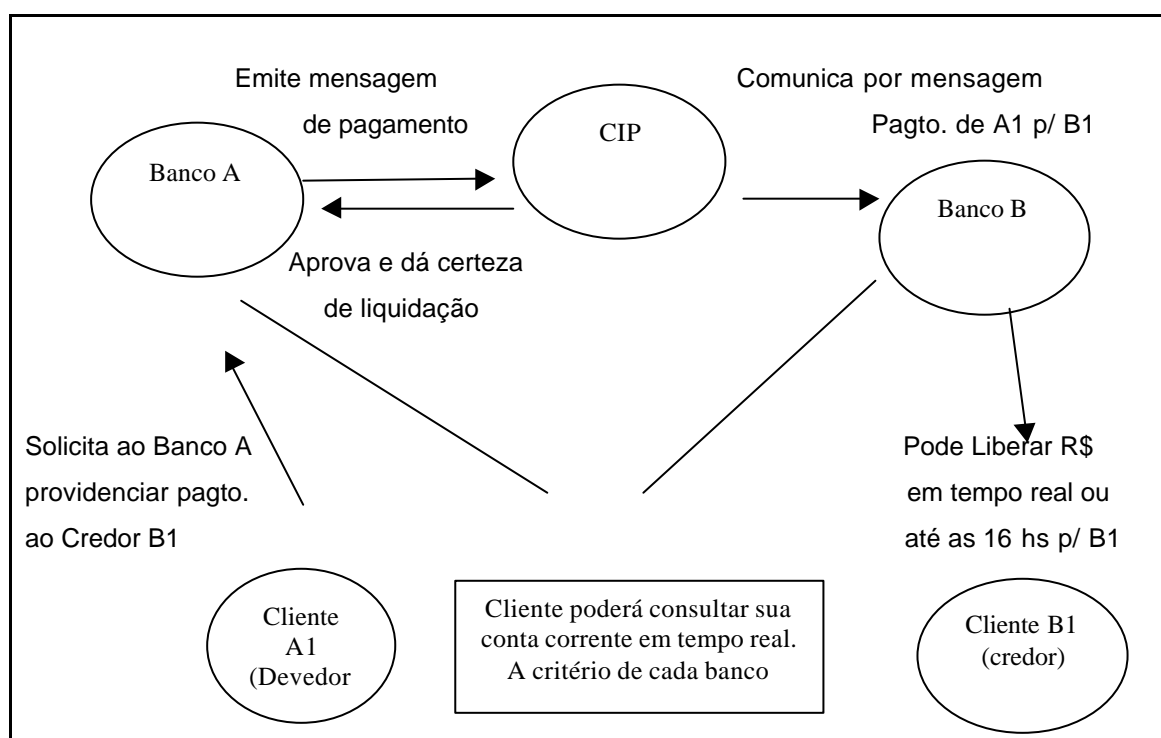
Conforme Salazar (*apud* Gazeta Mercantil, 2001):

"Os bancos acionistas da CIP estão divididos em sete grupos, de acordo com sua participação percentual, sendo três com 10% cada um, outros

três com 8,5%, um com 7% e doze com participação na média de 2% e vinte e cinco instituições com 05%.”

Observa-se, na figura 3.2, que a CIP processará ordens de pagamentos de clientes dos bancos para empresas e pessoas físicas, assegurando a liquidação da obrigação em tempo real. O destinatário da ordem de pagamento, também em tempo real, saberá que seu banco recebeu a mensagem de pagamento vinda do banco devedor e que a CIP, até as 16h15 min do mesmo dia, transferirá o valor da reserva bancária diretamente ao Banco Central, através do STR.

Figura 3.2 – Mensagens de Pagamento entre Bancos e Clientes.



Mormino (2001) define que o objetivo da CIP é disponibilizar ao mercado um sistema eletrônico de transferência de recursos, com liquidação pelo valor líquido ao final do dia e dando certeza de liquidação em tempo real, atuando

como contraparte garantidora dos pagamentos solicitados entre Instituições Financeiras e mais, que a mesma poderá atuar como contra-parte garantidora, pois para a Instituição estar apta a participar da CIP, é necessário que a mesma realize depósito no início do dia.

Para fazer transferências via CIP os bancos também terão de fazer um pré depósito, que será calculado diariamente com base no volume compensado por cada um, em porcentagem não superior a 5% do total das ordens de pagamento.

Atendendo às disposições da normatização das câmaras, as mensagens de pagamento aprovadas na CIP terão certeza de liquidação, sendo esta realizada ao final de cada ciclo, através do STR.

Conforme Lucchesi (*apud* Valor Econômico, 2001):

“O mercado acredita que a compensação de grandes valores deve se concentrar na CIP, pois dessa forma os bancos vão pagar menos tarifas e ganhar mais com a compensação multilateral. Os DOC deverão acabar, sendo substituídos completamente pelo no DOC da CIP. Há hoje R\$ 113 bilhões em liquidação de DOC por mês. Os cheques acima de R\$ 5 mil – R\$ 100 bilhões transacionados por mês – também devem acabar. Ou seja, a CIP poderá ter um volume de transações de R\$ 213 bilhões por mês, 70% do total compensado hoje pela COMPE.”

3.4 Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), segundo o BACEN (2001b), passará a operar sob o conceito de liquidação pelo valor bruto em tempo real, realizando as transações, primárias e secundárias, com títulos públicos federais e com DI Reserva. A liquidação financeira funcionará no horário das 8 às 19 horas.

Para Souza (2001):

“o SELIC deixará de operar um modelo 2 e passará a adotar um modelo 1 de DVP, com a entrega dos títulos e o respectivo pagamento ocorrendo simultaneamente, em tempo real e operação por operação. Ao receber as instruções de liquidação, o SELIC verificará a disponibilidade dos títulos na conta de custódia do vendedor e, caso haja saldo suficiente, instruirá o respectivo pagamento ao STR, imediatamente após a confirmação do pagamento pelo STR, O SELIC transferirá os títulos do vendedor para o comprador.”

As *clearings*, responsáveis pela liquidação de operações com títulos públicos federais, poderão utilizar-se de uma conta de custódia no SELIC para processar as transferências de papéis entre os vendedores e compradores.

Poderão operar no sistema bancos liquidantes e instituições não liquidantes. Os bancos liquidantes poderão abrir limites de crédito para as instituições não liquidantes para que estas liquidem operações do SELIC, através de suas contas reservas bancárias. O comando das operações das instituições não liquidantes será por estes realizados, sem a necessidade de

comando por parte do banco liquidante, que não terá conhecimento das operações realizadas.

Costa (2001) afirma que a operacionalização do SELIC em tempo real é essencial ao funcionamento do STR, pois o mercado aberto é a principal fonte de recursos para que as instituições bancárias possam fazer frente a problemas de falta de liquidez, bem como para cumprir possíveis transferências sem previsão.

3.5 Serviço de Compensação de Cheques (COMPE)

O objetivo do BACEN é retirar da COMPE os pagamentos críticos ou de alto valor, realizados pelos agentes econômicos por intermédio de cheques, DOCs e bloqu岸tos de cobrança e transferi-los por intermédio do STR, a ser oferecido pelo BACEN ou por câmara privada de transferência de fundos *clearing* que assegure a certeza de liquidação das obrigações nela cursadas. Com isso, espera-se que na COMPE transitem, primordialmente, operações de varejo, grande quantidade de papéis com baixo valor.

Assim, para o BACEN (2001a), se reduzirem as movimentações financeiras via COMPE, menor será o risco de o eventual inadimplemento de uma instituição acatar problemas de liquidez para as demais, o que dará segurança ao BACEN para não mais assumir saques a descoberto na conta reservas bancárias decorrentes de débitos da COMPE.

Segundo ANDIMA (2001):

“no novo Sistema de pagamentos Brasileiro, em linhas gerais, a COMPE não deverá ser totalmente reformulada para adequar-se às condições dispostas na Lei número 10.214/01, BACEN (2001), sobre câmaras de compensação “seguras” e terá sua representatividade diminuída no que se refere ao valor total das operações cursadas no sistema, de forma a assegurar a redução de riscos no âmbito do SPB. Pela proposta do BC, a COMPE permanecerá como câmara de compensação de cheques e outros documentos, mas restrita ao varejo do segmento.”

O mecanismo idealizado pelo BACEN para induzir a migração dos valores críticos é o estabelecimento, como requisito à participação de cada instituição financeira nas sessões da COMPE de cada dia, da constituição prévia e obrigatória de depósito no BACEN, em espécie, até as 9:30 horas de cada dia, na conta de liquidação da COMPE. Esse depósito não será remunerado e corresponderá, semanalmente, a 100% da média do valor bruto diário da soma dos cheques sacados contra a instituição e dos DOCs por ela emitido no valor a partir de R\$ 5 mil.

Espera-se que a exigência de depósito prévio estimule as instituições a oferecerem produtos que permitam a migração dos pagamentos para os novos mecanismos de liquidação *online* que serão disponibilizados o STR ou as câmaras de transferência de fundos.

A COMPE já está adequada aos padrões internacionais de contingência, sendo que o processamento dos cheques, DOCs e bloqu岸os de cobrança ocorrem simultaneamente em São Paulo e Rio de Janeiro. Essa metodologia

de processamento foi desenvolvida de acordo com os critérios de segurança operacional definidos pelo BACEN para o SPB. Além desta característica, a compensação brasileira integra todo o território nacional, resultando em reduzidos prazos de liquidação dos documentos compensados. Os cheques compensados dentro dos estados são liquidados em 24 ou 48 horas e os cheques destinados a outros estados são liquidados em um prazo que varia de 3 a 6 dias. A troca e a liquidação de recebimentos (cobrança e DOC) na compensação é realizada no mesmo dia em todo o Brasil. Conforme Costa (2001), a COMPE é um sistema de comprovada eficiência operacional e baixo custo para o sistema financeiro, já que o Banco do Brasil cobra somente R\$ 3,86 por milheiro de transações processadas, sendo apropriado para a compensação do grande volume de transações do varejo.

Portanto, é por meio da compensação que continuarão sendo liquidadas as operações de varejo que têm no cheque, no DOC e no bloqueto de cobrança os instrumentos de pagamentos preferidos, tanto pelos correntistas como pelos comerciantes, por ser mais práticos e ter baixo custo de liquidação.

3.6 Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP)

Com a reforma da SPB a CETIP continuará prestando os serviços de custódia e negociação de títulos públicos e privados, não atuando como contraparte central nas operações que ocorrem em seu âmbito. A CETIP somente realiza operações em que o vendedor disponha de saldo de ativos

suficientes e o comprador de saldo de reais.

Costa (2001) destaca que a CETIP escolheu uma maneira diferente de se adequar ao novo cenário, criando uma empresa, a Central, para assumir os riscos inerentes ao mercado. As operações que precisam ser garantidas são repassadas automaticamente à Central que atua como contraparte na transação.

Portanto, o CETIP permanecerá prestando serviços a seu mercado sem assumir riscos de crédito, de liquidez ou de principal. Será uma câmara provedora de ambiente eletrônico para fechamento de negócios e leilões, e de registo e liquidação de operações.

3.7 Câmaras de Câmbio e de Derivativos da BM&F

Conforme Rodrigues (*apud* Banco Hoje, 2001), desde quando a BM&F iniciou o projeto de implantação das *clearing*, a idéia era exatamente ter uma segregação das funções, no que diz respeito à parte de *clearing* de câmbio, *clearing* de derivativos e ambiente de negociação, além da parte administrativa. Trabalhando de uma forma totalmente independente, segregada de tudo, mas debaixo de uma única pessoa jurídica que é a própria BM&F.

Assim, a Câmara de Liquidação de Operações de Câmbio é definida por Robles e Bacci (2001) como sendo uma *clearing* de registro, compensação e liquidação de operações prontas (liquidadas em até dois dias) do mercado interbancário de câmbio. Para garantir aos participantes a eliminação do risco

de principal no processo de liquidação a BM&F adotou a liquidação das operações de câmbio pelo princípio de pagamento contra pagamento por valores líquidos compensados.

Carvalho (2001) afirma que a *clearing* de câmbio vai reduzir o risco e os custos operacionais, uma vez que os negócios serão liquidados pelo valor líquido e não bruto das operações, como acontece atualmente.

Segundo a BM&F (2001b), para operacionalizar este princípio a câmara possui uma conta de liquidação em moeda nacional junto ao Banco Central e contas em moeda estrangeira junto aos bancos de primeira linha no exterior. Neste sentido, afirmam Robles e Bacci(2001) que:

“A fim de proteger seus participantes da variação da taxa de câmbio (volatilidade), que pode ocorrer no intervalo entre o dia da contratação da operação e de sua liquidação, a *clearing* de câmbio definirá um percentual de garantia para as operações. Este percentual será calculado sobre o valor líquido (*netting*) das operações e estará condicionado ao depósito de garantias, efetuado diariamente na *clearing* por seus participantes. Na *clearing* de câmbio cada banco terá um limite(*exposure*) preestabelecido e por tempo determinado”.

A Câmara de Compensação de Derivativos é um departamento interno da BM&F, subordinada à Diretoria de Liquidação e Custodia (DLC) e está sendo adaptada para enquadrar-se nos principais itens exigidos pelo BACEN para as *Clearing*.

De acordo com a BM&F (2001b), as câmaras devem ser capazes de monitorar seus riscos, de forma segura e eficiente, não só em base diária,

como também intradia. Além disto, os sistemas de cobertura de riscos deverão mostrar-se suficientemente robustos, o que implica, dentre outros fatores, a inexistência de “concessão de crédito” a qualquer participante da câmara.

Hoje o risco dos participantes é monitorado somente após o fechamento do mercado e não intradia. Além disto, as margens de garantia de posições abertas em D+0 são depositadas somente em D+1, caracterizando segundo a própria BM&F (2001) como uma “concessão de Crédito” das Câmaras aos participantes. Em vista destes fatos, a BM&F está implantando o mecanismo que aperfeiçoará o sistema de monitoramento e cobertura de riscos da Câmara de Derivativos.

De acordo com a BM&F (apud Costa, 2001):

“a BM&F é contraparte em todos os negócios da Bolsa, garantindo a liquidação de todas as operações, tanto dos negócios realizados no pregão viva voz como no sistema eletrônico com garantia. A liquidação financeira é realizada pelo valor líquido na conta reserva bancária do banco liquidante indicado por cada membro de compensação através do STR no BACEN. Como também a liquidação física do produto negociado também é realizada pela Bolsa”.

3.8 Central de Compensação e Liquidação

Segundo Robles e Bassi (2001), a Central é uma *clearing* criada para dar garantias às operações com ativos que estão em custódia na CETIP e com

títulos públicos federais que não forem liquidados pelo SELIC.

Mouteira (*apud* Valor ONLINE, 2001a) destaca que a Central foi criada para a liquidação das operações e a custódia permanecerá com a CETIP e que tanto a Central como a CBLC disputam o direito de fazer a custódia de títulos privados e a liquidação de operações com títulos públicos e privados realizados através de sistemas eletrônicos ou balcão.

A Central dará também garantia às operações realizadas nos sistemas da CETIP e às negociações de títulos públicos em mercado secundário que não forem passíveis de serem liquidadas pelo SELIC.

A finalização dos pagamentos irá ocorrer mediante lançamento na conta reservas bancárias através de um sistema que efetua a liquidação pelo valor bruto em tempo real – LBTR.

O mesmo autor afirma que:

“Na prática, a nova versão do SPB quebrou um tipo de monopólio que vigorava no sistema financeiro brasileiro. Até aqui, a CETIP respondia pela custódia dos títulos de renda fixa privados, a CBLC pelas Ações, a Bolsa de Mercadoria & Futuro (BM&F) pelos mercados futuros e derivativos. O Banco Central abriu espaço para que o próprio mercado se organizasse e permitiu que todos fizessem de tudo, gerando disputa.”

Conforme Robles e Bassi (2001), a Central introduz no mercado o conceito de certeza imediata de liquidação, de acordo com os limites operacionais estabelecidos para os agentes de compensação, com base nas garantias por eles depositadas. Desta forma, as operações realizadas nos sistemas atendidos pela Central somente serão registradas e aceitas se

estiverem contidas nos limites estabelecidos e, assim, cobertas por garantias.

Os produtos financeiros que podem ser custodiados na CETIP são: CDB, RDB, Debêntures, Moedas de privatização, os Depósitos Interfinanceiros (DI) assim como os contratos de “*swap*” registrados na CETIP ou na BM&F. Os títulos públicos que não são objeto da dívida pública contratual também serão registrados no CETIP.

3.9 Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC)

A Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) ligada à Bolsa de Valores de São Paulo é responsável pela compensação, liquidação e gerenciamento de risco do mercado de ações negociadas na BOVESPA e na Sociedade Operadora do Mercado de Acesso (SOMA), efetuando a liquidação na conta reservas bancárias no BACEN, através da CETIP. Mas, a CBLC enquanto prestadora de serviços de compensação, liquidação e controle de risco para os mercados de títulos de renda fixa pública, renda fixa privada e renda variável e enquanto prestadora de serviço de depositária para os mercados de renda fixa privada e renda variável, propõe-se a cumprir o papel de Câmara LDL de Ativos. Neste contexto, a CBLC aceitará operações de renda fixa realizadas no sistema eletrônico de negociação e no sistema de registro de operação fechada pelo telefone (CBLC, 2001).

A CBLC, enquanto *clearing*, terá acesso direto aos sistemas do BACEN (STR e SELIC) alcançando, desta forma, a Entrega Contra Pagamento (DVP)

de forma simultânea, irrevogável e final.

Segundo CBLC (apud CBLC, 2001):

“A CBLC prestará serviços de compensação, liquidação e controle de riscos aos mercados de renda fixa pública, renda fixa privada e variável, atuando como contraparte central garantidora e fará a liquidação pelo saldo líquido multilateral de fundos (LDL) no STR, em D+0 ou D+1. Algumas modalidades de operações serão liquidadas pelo valor bruto operação por operação (LBTR), também no STR. “

Os prazos de liquidação das operações permanecerão os mesmos; podendo ser liquidadas em D+0, D+1 ou D+3, conforme o que ficou estabelecido na negociação.

Para Robles e Bacci (2001), a diferença entre o sistema de liquidação atual e o que entrará em vigor está na forma como serão feitas as liquidações financeiras. Atualmente, o sistema utiliza a CETIP para fazer as liquidações e, com a transformação da CBLC em *clearing* do novo sistema, esta fará todas as liquidações das operações diretamente no sistema de Transferência de Reservas.

3.10 Câmara de Compensação de Transações Eletrônicas (TECBAN)

A Tecnologia Bancária S/A (TECBAN) – Administradora do Banco 24 horas e do cheque eletrônico – está implantando seu projeto de adequação ao novo SPB. Neste sentido, criou uma câmara de varejo com a intenção de

estabelecer a infra-estrutura que permita ao mercado o desenvolvimento de novos produtos e contribua para o monitoramento em tempo real das reservas bancárias pelos bancos.

Esta câmara fará a liquidação pelo valor líquido diferido (LDL). A garantia de liquidação das transações se dará através da definição de limites bilaterais pelos participantes (Costa 2001).

Segundo o TECBAN (2001), as mudanças para os bancos e estabelecimentos comerciais são:

- Os bancos passam a ter que depositar garantias para operar as transações com cartão de débito, no caso pagamentos com o Cheque Eletrônico, saques em rede compartilhada ao Banco 24 Horas e pagamentos de contas em agências interligadas ao sistema. Sendo que as garantias deverão ser monitoradas continuamente pelas áreas gestoras dos bancos;
- Serão duas liquidações por dia no STR, uma na parte da manhã (9h00) e uma no final da tarde (16h45);
- As transações realizadas até às 14h00 serão liquidadas e creditadas no próprio dia.

As transações realizadas até às 14h00 terão crédito em D-0 (no mesmo dia), o que significará um adiantamento no fluxo de caixa. Além disso, o lojista passará a ter garantia completa de recebimento, independente da situação do cliente ou do banco.

3.11 Certificado Digital

A reestruturação do novo SPB exige que os bancos usem a assinatura digital. As razões foram que a assinatura incentiva o uso do comércio eletrônico, aumenta a segurança das empresas e do governo, visto que a assinatura digital identifica de forma irrefutável o autor de um documento digital.

Conforme Sammarone (2001), o Grupo Técnico para Assuntos de Segurança do Sistema de Pagamentos Brasileiro (GT de Segurança) pré-habilitou as três primeiras empresas para fornecer certificados digitais para o SPB. A Certisign, a Unidert e o Serasa têm a tarefa de oferecer segurança para todos os bancos que estão se adequando às regras do novo sistema.

Todas as informações que circularão entre os bancos e o BACEN serão criptografadas e cada transação precisará de uma assinatura eletrônica das instituições. As informações transitarão, ainda, em uma rede especial do BACEN sem ligação com nenhum outro computador fora do sistema.

Para Schier (apud Gazeta Mercantil, 2001), as certificadoras garantem a criptografia das mensagens, com uma série de controles. São como cartórios eletrônicos que reconhecem a firma digital das instituições.

3.12 Mensageria

O BACEN processará em tempo real, cada lançamento emitido pelos participantes da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN) para liquidação financeira em conta reservas bancárias ou em conta de liquidação. Está comunicação se dará através de troca de mensagens entre os participantes.

Mensagem é um conjunto estruturado de informações trocadas entre participantes da RSFN com a finalidade de solicitar uma operação, informar um resultado operacional, avisar a ocorrência de mudança operacional ou outra informação relevante.

Existem cinco classes de mensagens: Mensagem de Estímulo, Mensagem de Resposta ao Requisitante, Mensagem de Resposta a Terceiro, Mensagem de Resposta a Notificado e Mensagem de Erro.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Perguntas de Pesquisa

Para Oliveira (1999, p.118), “a pesquisa, tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento”.

De acordo com Triviños (*apud* Vesco 2000), “a questão de pesquisa representa o que o investigador deseja esclarecer”. Dentro deste contexto, a investigação do problema formulado busca responder as seguintes questões:

- 1) Qual é o perfil das empresas pertencente à carteira MDL de clientes do Banco do Brasil de Cornélio Procópio (PR)?
- 2) Qual o perfil dos administradores das empresas pertencente à carteira MDL de clientes do Banco do Brasil de Cornélio Procópio (PR)?
- 3) Qual o perfil operacional/financeiro das empresas da carteira MDL clientes do Banco do Brasil S/A de Cornélio Procópio (PR)?
- 4) Qual o grau de conhecimento sobre as mudanças relativas à reestruturação do SPB das empresas pertencentes à carteira MDL de clientes do Banco do Brasil da cidade de Cornélio Procópio (PR)?
- 5) Qual o percentual de empresas da carteira MDL clientes do Banco do Brasil S/A de Cornélio Procópio (PR) que estão se preparando para as mudanças relativas à reestruturação do SPB?

4.2 Delineamento da Pesquisa

Conforme Bernardi (1996), “a expressão delineamento focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é conceituado e colocado em uma estrutura, de forma a se tornar um guia para a exploração, coleta e análise dos dados.”

Richardson (1985), explica que um problema de pesquisa enquadra-se como estudos exploratórios, quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno.

Selltz (1967) afirma que a pesquisa exploratória tem como objetivo a formulação de um problema para investigação futura mais exata ou a construção de hipóteses.

A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. (Gil apud Silva e Menezes, 2001).

Dentro deste contexto, do ponto de vista de seus objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, visto que não se verificou a existência de estudos que abordem a adequação das empresas ao novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) nas empresas da carteira MDL, clientes do Banco do Brasil S/A da cidade de Cornélio Procopio (PR).

Ainda, do ponto de vista de seus objetivos, caracteriza-se como pesquisa descritiva, pois para Gil as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou

fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Considerando a abordagem do problema, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave (Silva e Menezes, 2001).

Conforme Godoy (1995), um estudo de caso “se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analise profundamente”.

Visto a que se propõe esta pesquisa, a mesma caracteriza-se como sendo um estudo de campo aos moldes de estudo de caso.

4.3 População

Martins (2000), afirma que o investigador irá caracterizar os sujeitos que serão objetos de estudo, podendo o sujeito ser uma unidade física ou um indivíduo. Salienta o autor que unidade a ser pesquisada deve ser precisamente definida.

Segundo Barbeta (1998), define-se como população acessível, o conjunto de elementos que se quer abranger no estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características que se pretende levantar.

A população deste estudo compreende as empresas e administradores pertencentes à carteira MDL, de pequenas e médias empresas, clientes do

Banco do Brasil S/A da cidade de Cornélio Procópio (PR).

4.4 Instrumento de Pesquisa e Tipos de Dados

Segundo Vergara (1998), “o formulário é um meio termo entre questionário e entrevista. É apresentado por escrito, como no questionário, mas é você quem assinala as respostas que o respondente dá oralmente”.

Na presente pesquisa o formulário tem como finalidade analisar a adequação das pequenas e médias empresas ao novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.

O formulário (ANEXO 1) foi desenvolvido em quatro partes. A primeira consiste dos dados gerais da empresa e a segunda, dos dados de identificação do entrevistado, tendo como objetivo determinar o perfil das empresas e de seus administradores.

Já a terceira parte do formulário trata de questões relativas aos procedimentos operacional/financeiro da empresa, objetivando identificar a quantidade de bancos que a empresa opera; se a empresa dispõe de Software de comunicação com os bancos e software de gerenciamento contábil; qual o percentual efetivamente debitado nas contas bancárias no mesmo dia dos compromissos pagos; qual o percentual efetivamente creditado nas contas bancárias no mesmo dia dos compromissos recebidos; o grau de dependência de liberação de cheques; qual o percentual utilizado do limite de crédito com os bancos.

A quarta parte, aborda informações que corresponderão ao grau de conhecimento sobre as mudanças relativas a reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro; bem como o grau de preparação frente às mudanças, após a implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Cabe salientar que será efetuado um pré-teste, junto a cinco administradores pertencentes à carteira MDL escolhida, para verificar a necessidade de ajuste com a finalidade de proporcionar uma melhor comunicação com o entrevistado.

4.5 Análise dos Dados

Após a coleta dos dados, estes serão tabulados para posterior exame das informações as quais permitirão analisar a adequação das pequenas e médias empresas ao novo Sistema de Pagamentos Brasileiro.

5 ESTUDO DE CASO: CLIENTES DA CARTEIRA MDL DO BANCO DO BRASIL EM CORNÉLIO PROCÓPIO

5.1 Considerações Iniciais

Neste Capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos da presente pesquisa, com a aplicação do formulário.

Para uma melhor análise o formulário foi subdividido em 4 partes. Deste modo, destaca-se o perfil das pequenas e médias empresas e de seus administradores, dados operacional/financeiro das empresas e conhecimento sobre o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Tomando-se por base o faturamento bruto anual das mesmas, conforme abaixo, o Banco do Brasil (2002) classifica as empresas em:

- Micro Empresas: até R\$ 244 Mil;
- Pequenas Empresas: acima de R\$ 244 Mil e até R\$ 5 milhões;
- Médias Empresas: acima de 5 milhões e até 50 milhões;
- Grandes Empresas: acima de 50 milhões e até 100 milhões;
- Corporate: acima de 100 milhões.

A carteira MDL é constituída por pequenas e médias empresas localizadas no município de Cornélio Procópio (PR) e perfazem um total de 35 empresas, sendo que as médias empresas são em número de 9 e de diversos ramos de atividade, destacando-se supermercados, revendedoras de veículos, indústria de fio de seda, revendedoras de sementes e defensivos agrícolas e revenda de máquinas agrícolas.

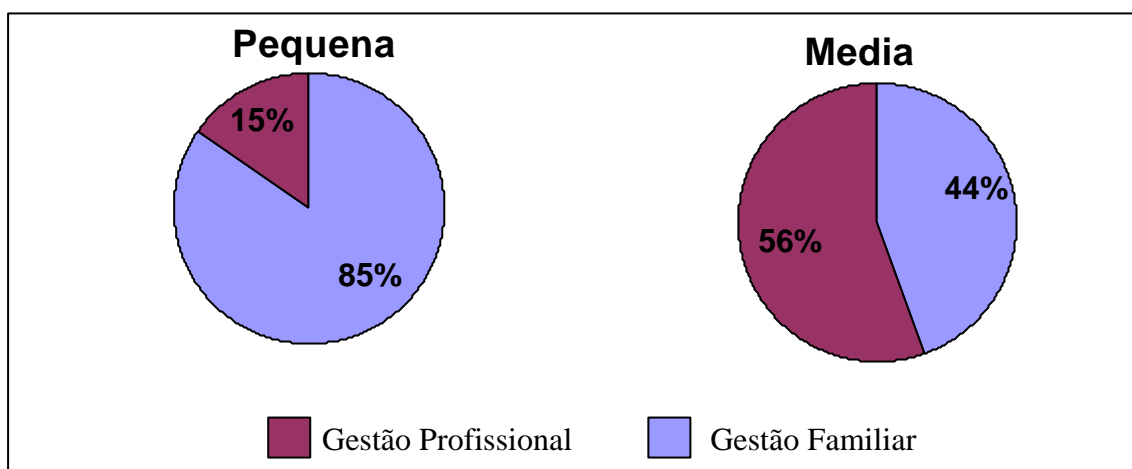
Já as pequenas empresas, em número de 26, são de diversos ramos de atividade, tais como: supermercados, farmácias, postos de gasolina, comércio de implementos agrícolas, comércio de calçados, comércio de móveis, construtoras, comércio de materiais elétrico, comércio de materiais de construção, revenda de produtos agropecuários, revenda de motos, escola, cooperativa de médicos e comércio de cereais.

5.2 Apresentação e Análise dos Resultados

5.2.1 Perfil das empresas da Carteira MDL

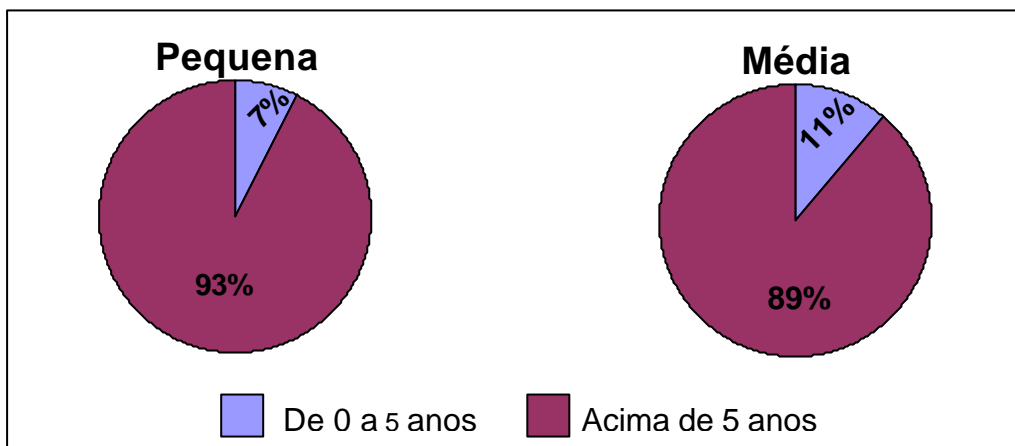
Pelos resultados apresentados na Figura 5.1, referente ao tipo de gestão, pode-se observar que das 26 pequenas empresas pesquisadas a grande maioria, 85,0% tem gestão familiar. Já para as médias empresas, em número de 9, este percentual cai para 44,0% contra 56,0% referente à gestão profissional. Percebe-se, então, que enquanto nas pequenas empresas predomina gestão familiar, nas médias predomina gestão profissional.

FIGURA 5.1 – Tipo de gestão

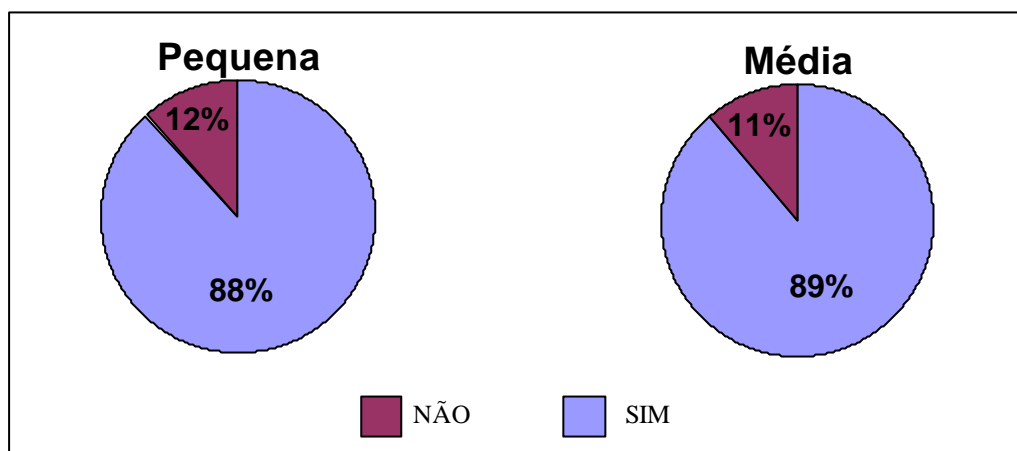
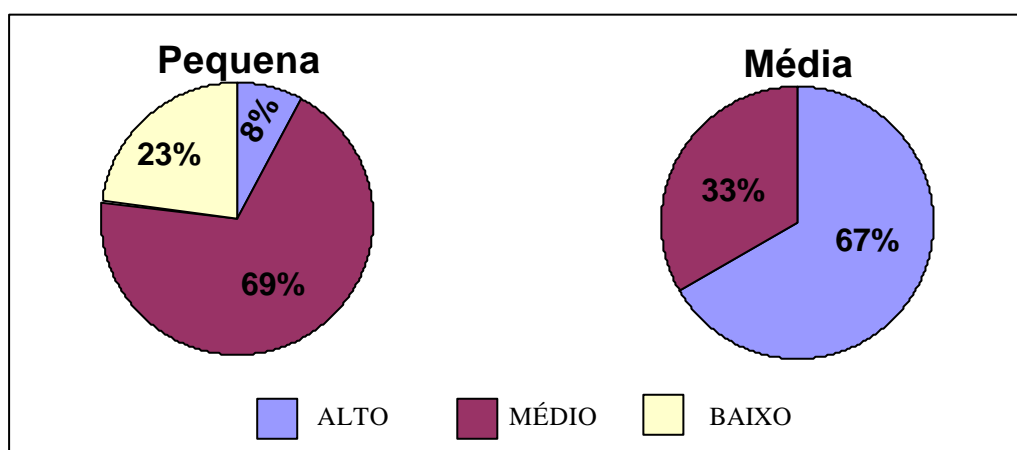


A Figura 5.2 apresenta o tempo de constituição das empresas pertencentes à carteira MDL, do Banco do Brasil em Cornélio Procopio. Para o presente trabalho, optou-se pela divisão em duas faixas etárias, a saber: empresas com tempo inferior a 5 anos e empresas com tempo superior a 5 anos. Considerando que este estudo está sendo realizado com uma carteira de empresas clientes do Banco do Brasil S/A, justificam estas duas faixas, visto que para o Banco do Brasil S/A as empresas são consideradas tradicionais na praça após 5 anos de constituição e atuação no mercado.

Desta forma, a grande maioria das pequenas e médias empresas da carteira MDL são tradicionais com percentuais iguais a 93,0 % (pequenas) e 89,0 % (médias).

FIGURA 5.2 – Tempo de constituição

As respostas apresentadas nas Figuras 5.3 e 5.4 mostram que apesar da grande maioria das pequenas empresas fazer uso da Internet, as mesmas consideram-se com um médio grau de informatização. Em se tratando de média empresa, evidencia-se que das 9 pesquisadas, 89 % fazem uso da Internet e a maioria (67,0 %) considera ter um alto grau de informatização. Assim, pode-se destacar que ambas as empresas (pequenas e médias) têm um percentual alto do uso da Internet, mas somente as médias empresas se consideram com um alto grau de informatização.

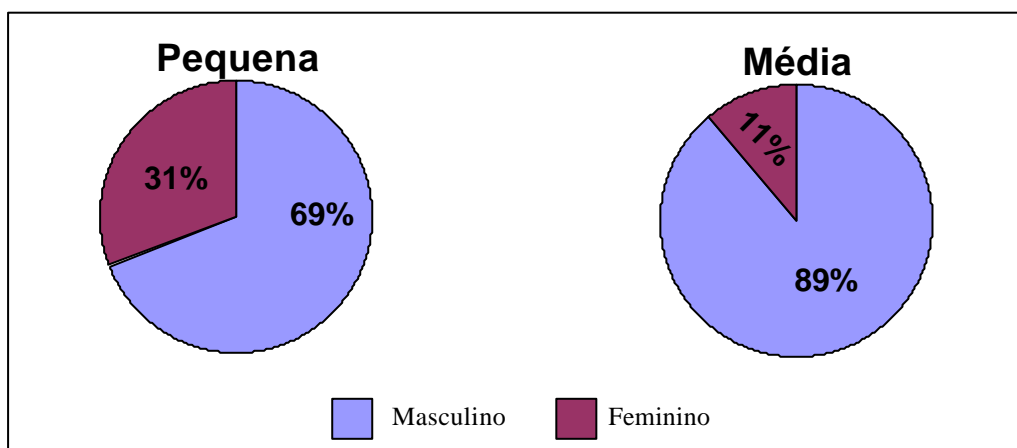
FIGURA 5.3 – Percentual de empresas que fazem uso da Internet**FIGURA 5.4 – Grau de informatização das empresas**

5.2.2 Perfil dos Administradores das empresas Pesquisadas.

Com vistas à identificação do perfil dos administradores das pequenas e médias empresas da carteira MDL, clientes do Banco do Brasil S/A em Cornélio Procópio, aborda-se neste item os aspectos que se destacaram na pesquisa.

Quanto ao percentual de gestores por sexo (Figura 5.5), observa-se que nos dois tipos de empresas a maioria dos gestores é do sexo masculino, sendo que o percentual nas pequenas empresas é igual a 69,0% e nas médias igual a 89,0%.

FIGURA 5.5 – Percentual de gestores por sexo



Os resultados apresentados nas Figuras 5.6 e 5.7 permitem afirmar que nas pequenas empresas 73,0% dos administradores têm curso superior contra 44,0% nas médias.

Quanto à distribuição dos administradores por sexo e escolaridade, percebe-se que em se tratando de pequenas empresas o sexo feminino com curso superior é 21,0% maior que o do sexo masculino, entretanto, ressalta-se que nas médias empresas existe apenas 1 mulher, o que corresponde a um valor igual a 100,0% do sexo feminino com nível superior.

Os resultados apresentados, chamam a atenção pois nas pequenas empresas o percentual de administradores com curso superior é 29,0% maior que nas médias empresas.

Ainda, percebe-se que em se tratando de pequenas empresas, o sexo feminino com curso superior é 20,0% maior que o do sexo masculino e que nas médias empresas não existem administradores com curso fundamental.

FIGURA 5.6 – Faixa de escolaridade dos administradores

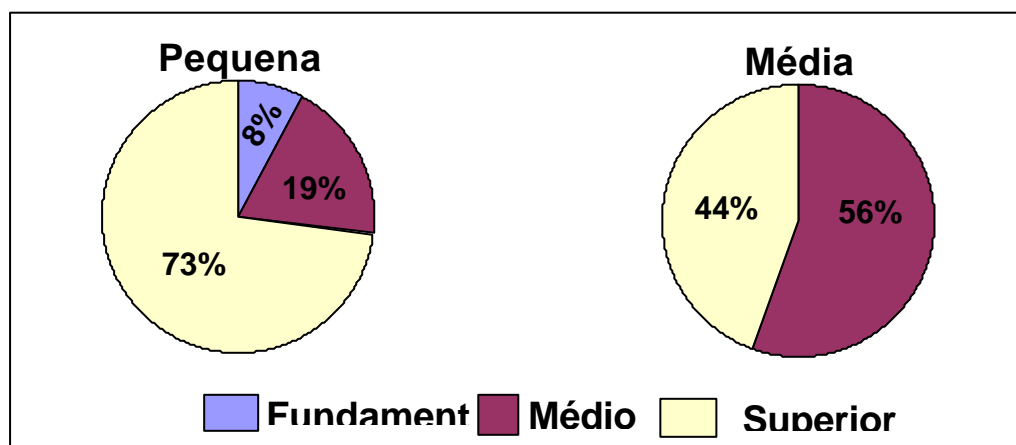
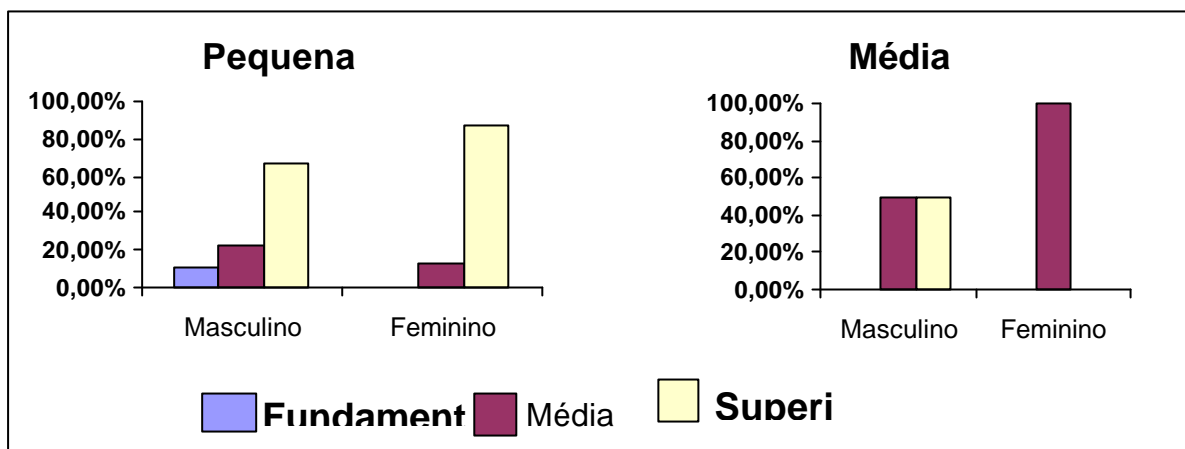


FIGURA 5.7 – Distribuição de freqüências dos administradores por sexo e escolaridade

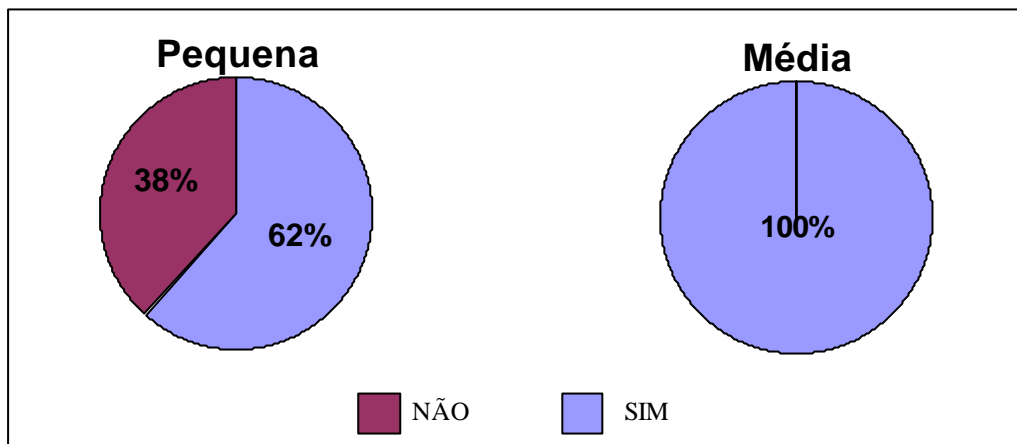


5.2.3 Perfil Operacional/Financeiro das Empresas da Carteira MDL.

Este item apresenta os dados relacionados ao perfil operacional/financeiro usual das empresas pertencente à carteira MDL, clientes do Banco do Brasil S/A de Cornélio Procópio.

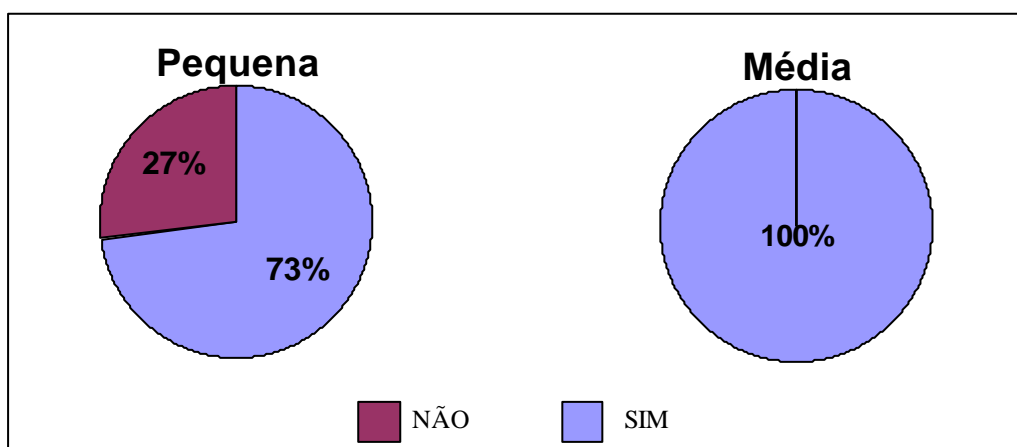
Observa-se, na Figura 5.8, que 100,0% das médias empresas da carteira possuem software para gerenciamento contábil, sendo que nas pequenas empresas o percentual é de 62,0%. Destaca-se que a utilização destes softwares agiliza as informações permitindo o tratamento “*online*” do fluxo de caixa.

FIGURA 5.8 – Disponibilidade de software para gerenciamento contábil



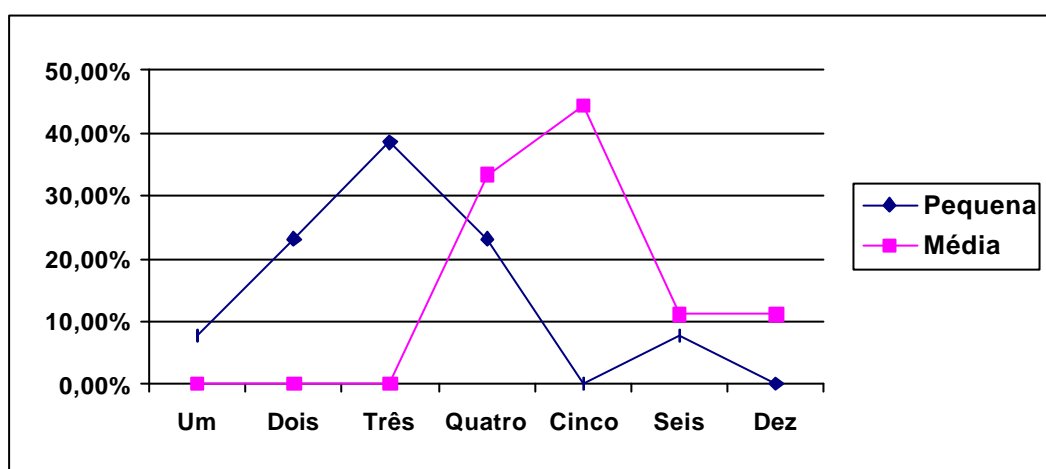
Já a Figura 5.9, referente à utilização de software de comunicação com os bancos, mostra que a maioria das pequenas empresas utiliza o software contra 100,0% das médias empresas. Ressalta-se a importância das empresas terem um relacionamento *on line* com os bancos, já que uma informação confiável e dinâmica é a base para do seu gerenciamento.

FIGURA 5.9 – Utilização do software de comunicação com os bancos



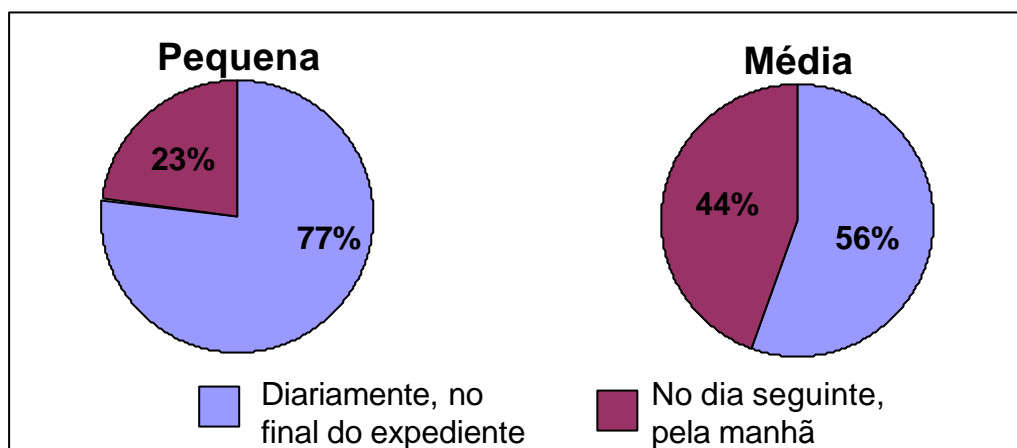
Verifica-se, pela Figura 5.10, que a maioria (70,0%) das empresas de pequeno porte trabalha com até três bancos. Já nas médias empresas o percentual concentra-se entre quatro e cinco bancos, ou seja, 78,00% das médias empresas.

FIGURA 5.10 – Quantidade de bancos que as empresas operam



Em se tratando do questionamento do tempo de fechamento do caixa, na Figura 5.11 observa-se que 77,0% das pequenas empresas pertencentes à carteira estudada fecham seu caixa no final do dia e 23,0% fecham o caixa pela manhã do dia seguinte ao movimento. Nota-se que nas médias empresas este percentual é de 56,0% ao final do dia e 44,0% na manhã seguinte.

FIGURA 5.11 – Tempo de fechamento do caixa das empresas



Os dados das Figuras 5.12 e 5.13 evidenciam que 62,0% das pequenas empresas estudadas necessitam utilizar-se da “liberação de cheques” concedidos pelos bancos e nas médias empresas o percentual é um pouco mais elevado, igual a 67,0%.

Cabe explicar que a prática habitual de efetuar saques sobre depósitos em cheques (liberação de cheques), constitui-se em uma operação de empréstimo, concedida pelos bancos, que adianta os recursos dos cheques em compensação.

Em se tratando da freqüência de utilização desta liberação por parte das médias empresas, o valor fica entre 71,0% a 100,0% enquanto que 50,0% das pequenas fazem uso de uma freqüência entre 71,0% a 100,0%.

Deve-se esclarecer que hoje, as empresas verificam seu saldo de manhã e fazem pagamentos durante o dia, muitas vezes contanto com recebimentos em cheques liberados pelo banco antes do recebimento efetivo dos mesmos, o que só ocorre à noite durante a compensação dos cheques.

FIGURA 5.12 – Percentual da necessidade de utilização de liberação de cheques

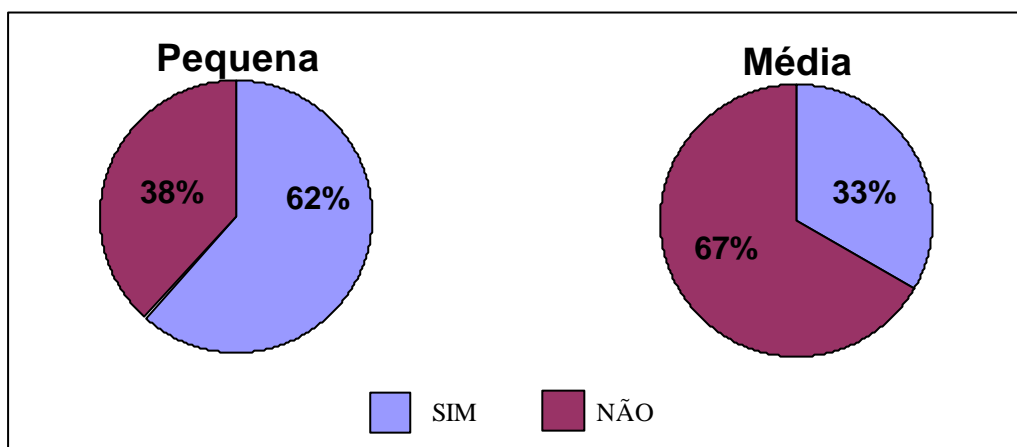
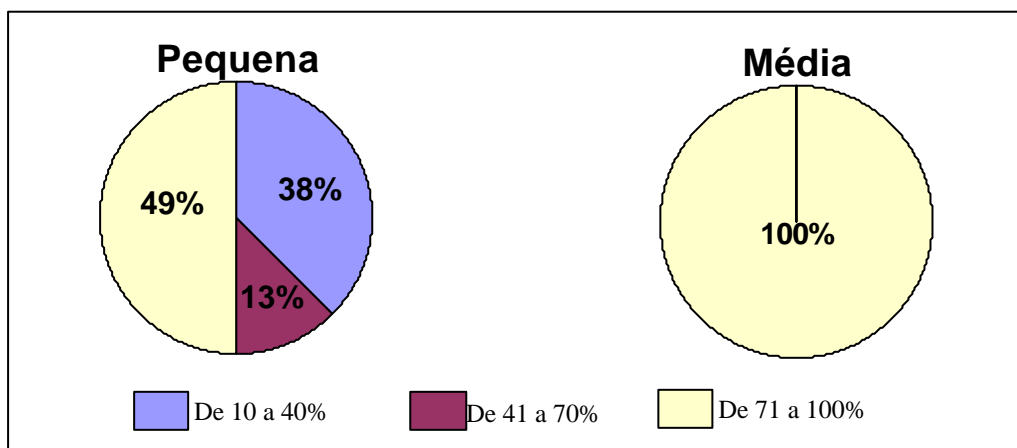


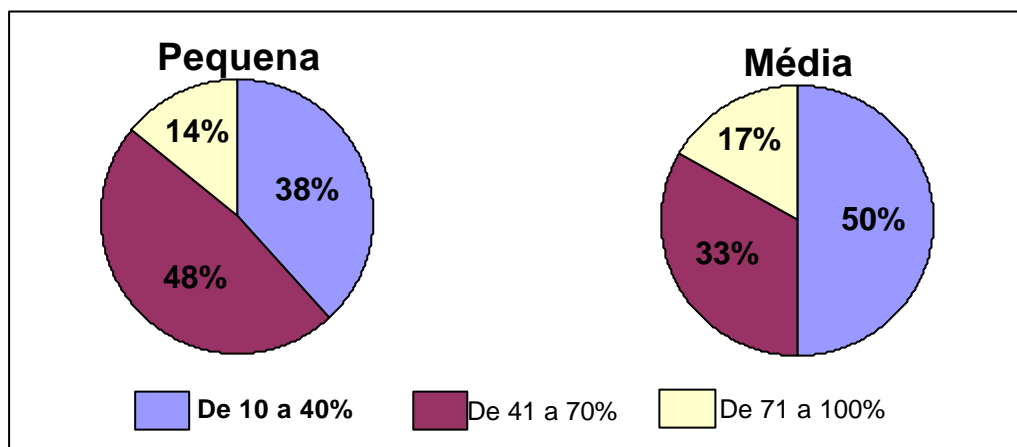
FIGURA 5.13 – Percentual de freqüência de utilização de liberação de cheques



Nota-se, pelos resultados apresentados da Figura 5.14, que apenas 14,0% das pequenas empresas e 17,0% das médias estão com o limite de

crédito tomado entre 71 a 100%. Entretanto, acredita-se que a maioria das empresas não revelou o percentual real de limite tomado, uma vez que esta informação poderá comprometer sua credibilidade junto aos bancos.

FIGURA 5.14 – Percentual de utilização do limite de crédito das empresas



Pelas Figuras 5.15 e 5.16 observa-se que, com relação ao percentual de débitos efetivados nas contas bancárias, ambas empresas (pequena e média) têm seus débitos efetivados no mesmo dia. Já com relação aos créditos recebidos pelas empresas, nota-se que mais de 50,0% são efetivados somente no dia seguinte, ou seja, são recebidos via compensação.

Com o novo SPB o que vai prevalecer é o saldo real em conta corrente. Por isto, as empresas terão de fazer um controle sistemático de seu saldo efetivo.

Salienta-se que com o novo sistema as empresas que dependem de créditos a compensar durante o dia, procedentes de DOCs, bloqu岸tos de cobrança e cheques, terão problemas de fluxo de caixa, pois haverá um “descasamento” entre créditos e débitos. Mas, no momento em que uma empresa precisar fazer transferências a partir de R\$ 5 mil esta somente será concretizada mediante saldo efetivamente disponível em conta corrente.

FIGURA 5.15 – Percentual de débito, dos compromissos pagos pelas empresas.

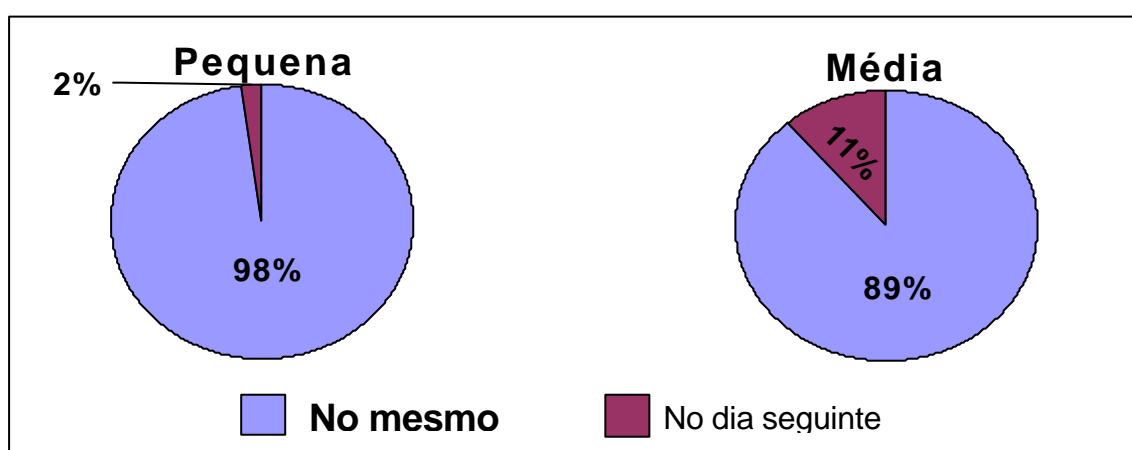
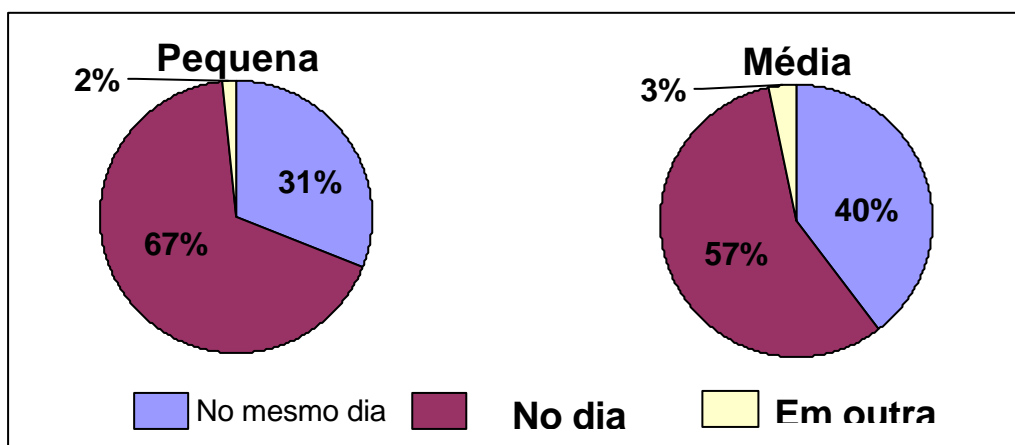


FIGURA 5.16 – Percentual de crédito, dos recebimentos das empresas.



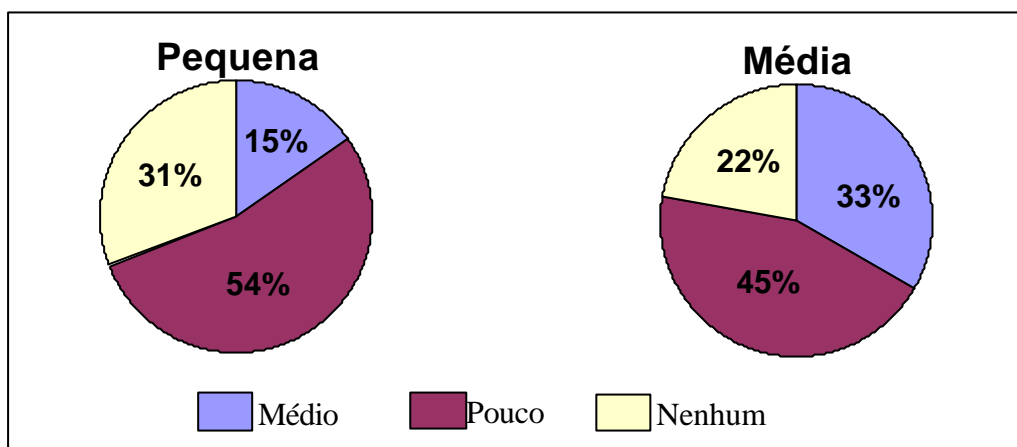
5.2.4 Percepção sobre a Reestruturação do SPB

Busca-se verificar neste item o grau de conhecimento e preparação para as mudanças decorrentes da reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Observa-se, na Figura 5.17, que nas pequenas empresas 85,0% têm pouco ou nenhum conhecimento sobre o SPB. Nas médias empresas da carteira o percentual de pouco ou nenhum conhecimento reduz para 67,0%.

Destaca-se que tanto para as pequenas como para as médias empresas o percentual de desconhecimento da reestruturação é alto. Salienta-se que a mudança que a implantação do novo SPB trará é significativa, tais como os novos instrumentos de transferências de recursos, a gestão do caixa em tempo real, o agendamento de operações, alteração de horário para transferência de numerário e aplicações financeiras, o desestímulo a “liberação de cheques”, a irreversibilidade das transferências *on line*. Além disto, o processo de ajuste das empresas demandará negociações com bancos, clientes e fornecedores para, entre outros, compatibilizar prazos e formas de pagamentos.

FIGURA 5.17 – Grau de conhecimento do SPB



Destaca-se, na figura 5.18, que das médias empresas pesquisadas 67,0% possuem assessoria externa contra 73,0% das pequenas empresas. Assim acredita-se que a assessoria destas empresas não está sendo bem conduzida, visto que 85,0% das pequenas empresas afirmam, conforme Figura 5.17, que conhecem pouco ou nada sobre a reestruturação, e nas médias empresas esta percentagem é de 67,0%.

Verifica-se, na Figura 5.19, que 54,0% das pequenas empresas acreditam que o novo SPB vai influenciar seu fluxo de caixa. E para as médias empresa o percentual é de 56,0%. Salienta-se que tal percentual é contrastante com os dados da Figura 5.20, já que somente 36,0% das pequenas empresas e 44,0% das médias estão se adequando para administrar o seu fluxo de caixa em tempo real.

FIGURA 5.18 – Utilização de assessoria externa

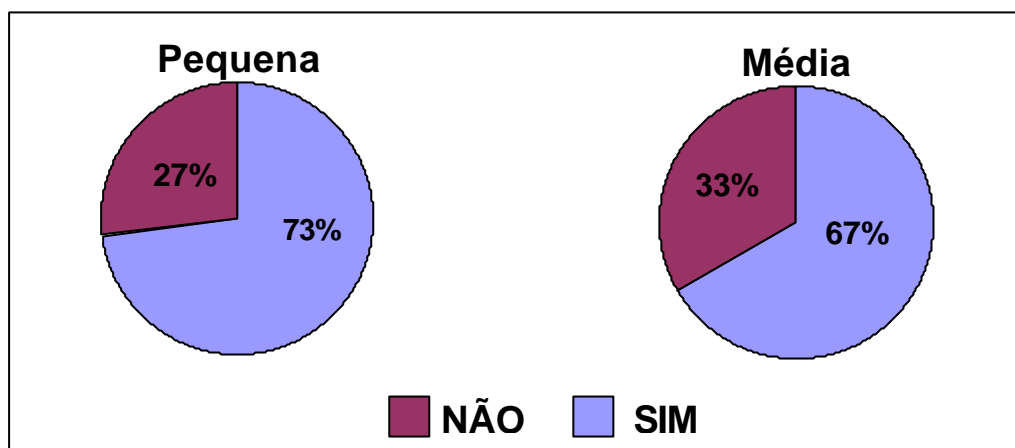
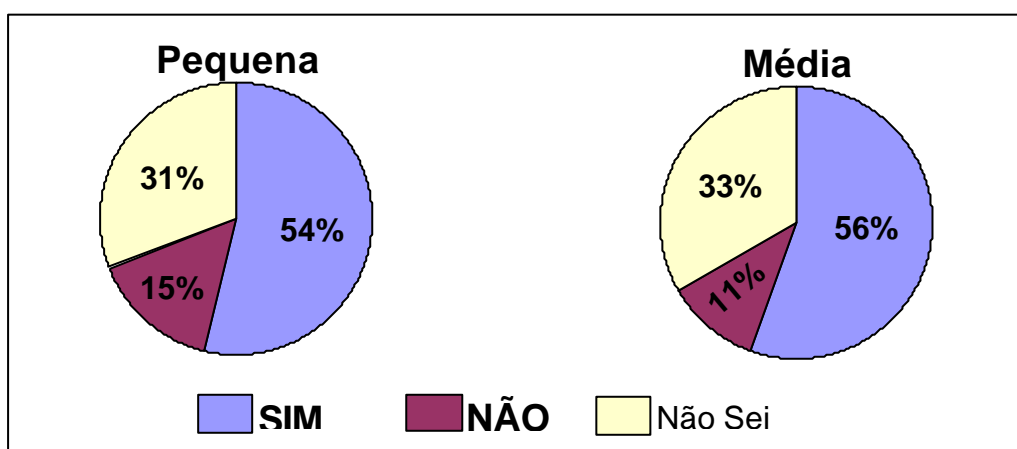


FIGURA 5.19 – Percentual das empresas que acham que o novo SBP vai influenciar no seu fluxo de caixa.



A Figura 5.20 apresenta o percentual das empresas que estão preparadas para administrar o caixa de tal forma que o mesmo seja positivo durante todo o dia. Destaca-se que nas pequenas empresas 64,0% não estão preparadas para administrar o caixa em tempo real, já nas médias o percentual é de 56,0%.

Dos resultados apresentados na Figura 5.21, sobre percentual de empresas que estão se preparando para as mudanças decorrentes da reestruturação do SPB, verifica-se que nas pequenas empresas 75,0% não estão se preparando para as mudança do novo SPB e nas médias empresas este percentual é de 56,0%.

FIGURA 5.20 – Percentual das empresas que estão preparadas para administrar em tempo real.

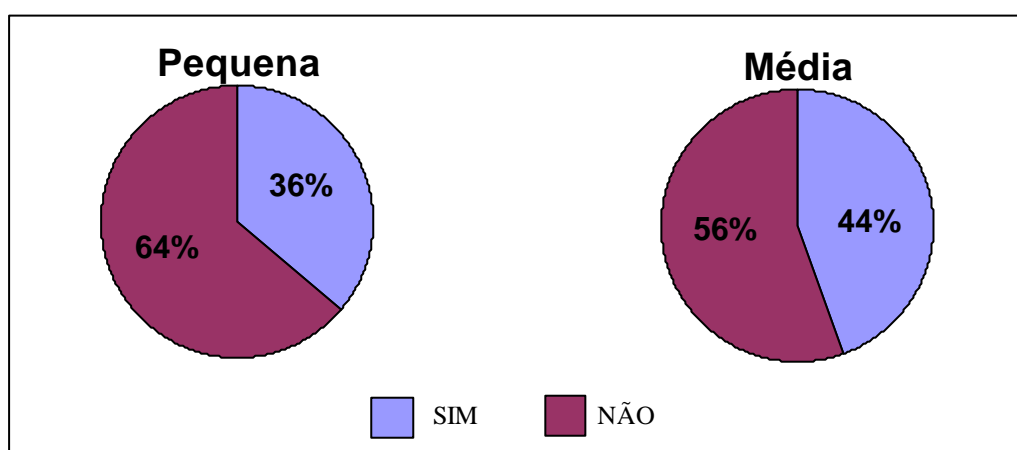
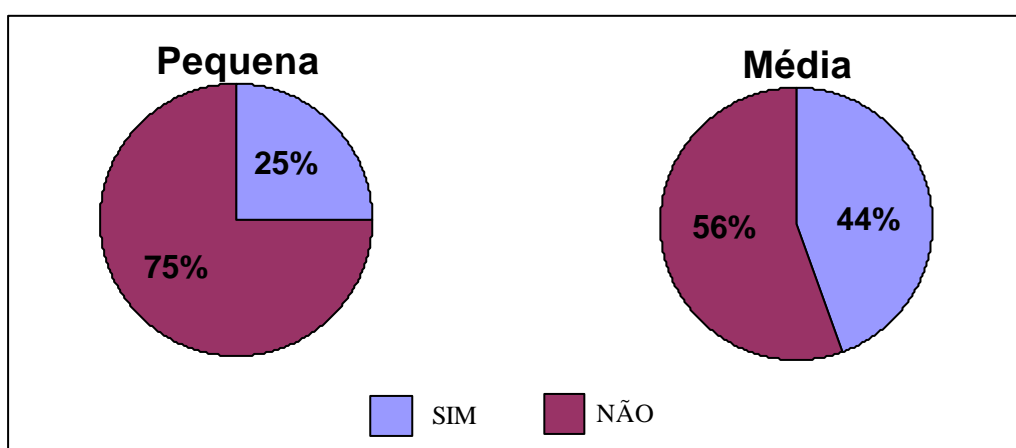


FIGURA 5.21 – Percentual das empresas que estão se preparando para as mudanças decorrentes da reestruturação do SPB.



6 Ações Propostas

A implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro está prevista para entrar em operação neste ano de 2002. O novo sistema pode ser visto como uma rede que passará a interligar todas as instituições financeiras do país em tempo real, permitindo a liquidação financeira das operações *online*.

Ainda são poucas as empresas que estão se adequando as mudanças que ocorrerão com a implantação do SPB, talvez pela falta de conhecimento e por achar que o assunto só diz respeito às instituições financeiras.

Os resultados apresentados no capítulo anterior mostraram que as pequenas e médias empresas, na sua grande maioria, terão problemas de naturezas diversas com a implantação do SPB, por não estarem se adequando ao novo sistema.

O processo de adequação das empresas demandará negociações com os bancos, clientes e fornecedores para, entre outros, compatibilizar prazos e formas de pagamentos. Neste sentido, propõe-se ações para se adiantar ao impacto e adequar-se gradativamente ao novo sistema.

Verificou-se nas empresas da carteira MDL, clientes do Banco do Brasil em Cornélio Procopio que o grau de informatização, disponibilidade de software para gerenciamento contábil, software de comunicação *on line* com os bancos tem maior deficiência nas pequenas empresas, mas cabe também as médias empresas da carteira avaliarem esta estrutura e adequá-la as exigências do novo SPB, já que a utilização destes softwares é fundamental

para agilizar as informações permitindo o tratamento *online* do fluxo de caixa.

Propõe-se às empresas o fechamento do caixa em tempo real, pois evitarão um custo financeiro ou tarifário adicional.

Acredita-se ser o momento da transição para o novo sistema a oportunidade para as empresas reverem seu relacionamento com mais de um banco, pois se identificou na carteira MDL clientes do Banco do Brasil S/A que a maior parte das pequenas empresas trabalha com até três bancos, já nas médias empresas o percentual concentra-se entre quatro a cinco bancos. Diante disto, propõe-se às empresas que procurem negociar com as instituições bancárias a centralização de suas transações financeiras. A negociação bem conduzida desta centralização deverá trazer benefícios de diminuição de custos e agilizar o gerenciamento do fluxo de caixa *on line*.

Apesar da maioria das pequenas e médias empresas possuírem assessoria externa, constatou-se que é alto o grau de desconhecimento sobre o novo SPB. Neste sentido, propõe-se aos gestores das empresas resgatarem seus profissionais contábeis, pois estes são detentores de conhecimentos suficientes para assumir o papel de disseminadores neste processo de adequação ao novo SPB.

Ressalta-se que parte desta falta de conhecimento sobre o novo SPB cabe ao Banco Central, pois como promotor das mudanças deveria estar com um esquema de divulgação na mídia muito maior.

Conclui-se, pelo estudo, que existe uma dependência na utilização de liberação de cheques por parte das empresas da carteira MDL, sendo que esta dependência é maior nas pequenas empresas. Visto que esta modalidade de

crédito será desestimulada pelos bancos, recomenda-se iniciar antecipadamente negociações com fornecedores, bancos e clientes para compatibilizar prazos e formas de pagamentos.

No estudo proposto pode-se identificar que há um “descasamento” entre crédito e débito nas pequenas e médias empresas da carteira MDL, para estas empresas que realizam pagamentos utilizando-se dos valores a receber na compensação bancária no fim do dia, indica-se a negociação prévia com os bancos de margem no limite de crédito da empresa para fazer frente a uma eventual necessidade de capital de giro para adequar-se às exigências do novo sistema. Neste sentido, sugere-se que as empresas tenham um bom planejamento a longo prazo com vendas à vista, além de comprar e negociar com fornecedores dentro dos prazos de venda adequados.

Visto que o novo SPB trará mudanças significativas para as empresas constituindo uma oportunidade para revisão de processos dentro das mesmas e a adoção de sistemas mais eficientes de gestão, propõe-se, finalmente, iniciar uma adequação gradativa em todos os processos que envolvam mudanças com a reestruturação do SPB, pois o sistema trará vantagens inegáveis às empresas.

7 CONCLUSÕES

7.1 Conclusões e Recomendações

A implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro faz parte do processo de globalização e modernização da economia brasileira visando tornar mais eficientes e seguras as transferências e pagamentos entre os agentes econômicos e, acredita-se, que deverá repercutir no dia-a-dia das empresas e das pessoas e na visão externa do país, diminuindo o Risco Brasil.

O projeto de reestruturação do SPB está sendo desenvolvido pelo Banco Central desde 1996 e foi colocado em discussão desde junho de 1999. Informações sobre o SPB vêm sendo publicadas na *Home Page* do Banco e conforme BACEN (2002) seus técnicos fizeram inúmeros seminários com os setores financeiros e não financeiros, existindo ainda um e-mail do Banco cujo objetivo é responder as dúvidas sobre o novo sistema. Além disto, jornais e revistas têm divulgado matérias sobre a reestruturação.

Das modificações propostas pela reestruturação do novo SPB, destaca-se a implantação do STR que permite a liquidação financeira em tempo real, a constituição das *clearings* que devem operar transferências de fundos e a negociação de títulos ou de moeda estrangeira. Ainda, com relação ao fluxo de caixa, este terá que ser administrado em tempo real, já que o Banco Central não permitirá saldo negativo na conta reservas bancárias.

Para analisar a adequação das pequenas e médias empresas ao novo

Sistema de Pagamentos Brasileiro foi escolhida a carteira MDL de pequenas e médias empresas, clientes do Banco do Brasil em Cornélio Procópio (Pr). Para tanto, foi feita uma pesquisa exploratória, descritiva qualitativa e do tipo estudo de caso, sendo que os dados foram coletados através de formulário.

O estudo proposto permitiu traçar o perfil das empresas onde se pôde verificar que das 26 pequenas empresas pesquisadas, 85,0%, têm gestão familiar. Já das nove médias empresas investigadas a maioria, ou seja, 56,0%, tem a gestão profissional. Evidencia-se, então, que nas pequenas empresas predomina a gestão familiar e nas médias a gestão profissional.

Conclui-se, pelos resultados apresentados, que a maior parte das empresas da carteira (pequenas e médias) são tradicionais pelo tempo de constituição.

Quando perguntadas sobre o uso da Internet, a maioria das empresas respondeu que faz uso da mesma. Salienta-se, entretanto, que as médias empresas consideram-se com um alto grau de informatização, sendo que as pequenas consideram-se com um médio grau de informatização.

Pelo perfil dos administradores conclui-se que a maioria são homens e possuem curso superior, sendo que o percentual de administradores homens é 20,0% maior nas médias empresas. Pode-se concluir, ainda, que nas pequenas empresas os administradores com curso superior (73,0%) é consideravelmente maior que nas médias.

Quanto aos procedimentos operacional/financeiro das empresas da carteira MDL, pode-se concluir que, em relação à disponibilidade de software para gerenciamento contábil e de comunicação *on line* com os bancos, as

médias empresa estão mais preparadas para se adequarem ao novo SPB do que as pequenas. Salienta-se que a utilização destes softwares agiliza as informações permitindo um tratamento *online* do fluxo de caixa.

Tendo em vista o controle do fluxo de caixa *online* e de custos com o novo SPB, pode-se deduzir que as médias empresas terão maior dificuldade em se adequar, pois a maioria opera com maior quantidade de bancos que as pequenas empresas.

Pelos resultados apresentados pode-se observar que há um “descasamento” entre crédito e débito nas empresas estudadas, ainda, que as mesmas utilizam créditos a compensar para pagar compromissos, sendo esta dependência de modalidade de crédito maior nas pequenas empresas da carteira.

Ressalta-se que no estágio de implantação do novo sistema o maior reflexo estará na administração do fluxo de caixa.

Diante dos resultados apresentados, afirma-se que a maioria das empresas da carteira MDL clientes do Banco do Brasil S/A em Cornélio Procópio (Pr), encontrará dificuldade para se adequar ao novo SPB, pois tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o novo sistema. Desta forma, sugere-se que a assessoria externa deva prestar assistência às mesmas durante a fase de implantação do novo sistema.

Neste contexto, os empresários deverão ter uma visão mais clara do processo de reestruturação do novo sistema e seus reflexos nas empresas.

A implantação do novo do SPB implicará, sobretudo, em mudança de hábitos nas empresas e neste sentido as empresas terão que se adequar

gradativamente ao novo sistema.

7.2 Sugestões para Futuros Trabalhos

A presente pesquisa não se esgota aqui, assim, espera-se que, a partir deste trabalho, novos estudos sejam desenvolvidos e para tanto se sugere:

- Verificar a adequação de grandes empresas e de empresas *corporate* em outras carteiras do Banco do Brasil S/A;
- Analisar a adequação das empresas pertencentes à mesma carteira clientes de outros bancos;
- Desenvolver uma pesquisa com a finalidade de analisar a adequação das empresas após a implantação do novo SPB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. Banco Nacional. **Sistema de Pagamentos de Angola**. Disponível em: <http://www.bna.ebonet.net//spa/suma_index.htm>. Acesso em: 16 agosto 2001.

ANDIMA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO.
CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 20 setembro 2001.

BANCO HOJE. A *Clearing* de Câmbio. **Revista Banco Hoje**, 18 novembro 2001. Disponível em : <<http://www.bancohoje.com.br/artigo.asp?artigo=86>>. Acesso em: 18 novembro 2001.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Política Monetária: Instrumentos, Objetivos e a Experiência Brasileira**. Disponível em: <<http://fgv.br/users/fholanda/papers.cfm>>. Acesso em: 15 dezembro 2001.

BANCO DO BRASIL S/A. **ABRASCA diz que SPB é desconhecido**. Agências de Notícias Intranet Banco do Brasil. Acesso em: 28 setembro 2001.

BANCO DO BRASIL S/A.. **Compensação.** Disponível em:
<<http://wwwbb.com.br>>. Acesso em: 28 setembro 2001a.

BANCO DO BRASIL S/A. **Projeto SPB: reestruturação do sistema pagamentos brasileiro.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 20 agosto 2001.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS – BIS – Committee on Payment and Settlement Systems. **Statittic on payment systems in the Group of Tem contries.** Basel, Switzerland, March 2001. Disponível em:
< <http://www.bis.org/publ/>>. Acesso em: 10 setembro 2001.

BM&F - BOLSA DE MERCADORIA E FUTURO. **Limite Operacional de Membro de Compensação.** Disponível em : <<http://www.bmf.com.br>>. Acesso em: 28.01.2001.

BM&F - BOLSA DE MERCADORIA E FUTURO. **Projeto de *Clearing* de Câmbio BM&F.** Disponível em: <<http://www.bmf.com.br>>. Acesso em: 10 setembro 2001a.

BM&F - BOLSA DE MERCADORIA E FUTURO. **Sistema de *Clearing*.** Disponível em: <<http://www.bmf.com.br>>. Acesso em: 10 setembro 2001b.

BM&F - BOLSA DE MERCADORIA E FUTURO. **Resumo do Manual de Procedimentos Operacionais da *Clearing* de Derivativos BM&F**. Disponível em: <<http://www.bmf.com.br>>. Acesso em: 10 setembro 2001c.

BM&F - BOLSA DE MERCADORIA E FUTURO. **Limite Operacional de Membro de compensação**. Disponível em:<<http://www.bmf.com.br>>. Acesso em: 10 setembro 2001d.

BORBIERO, Ivo. **SPB e o futuro do cheque**. 2001. Disponível em: <<http://www.reservabancaria.com.br/noticias/informacoes/20.../spb-e-o-futuro-do-cheque.http>>. Acesso em: 06 dezembro 2001.

BACEN. Banco Central do Brasil . **Catálogo de Mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro**. Disponível em: < <http://.bcb.gov.br>> Acesso em: 20 junho 2001.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Reestruturação do sistema de Pagamentos Brasileiros – COMPE**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 setembro 2001a.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Projeto de Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/deban/notatec.pdf>>. Acesso em 10 setembro 2001b.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Entrega Contra Pagamento em sistemas Liquidação**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/spb/entregavspg.htm>> Acesso em : 16 Agosto 2001c.

BACEN. Banco Central do Brasil . **Sistemas de Liquidação pelo Valor Bruto em Tempo Real**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/ftp/lbtr.pdf> > Acesso em: 16 Agosto 2001d.

BACEN. Banco Central do Brasil . **Operações de Meio Circulante no Âmbito do Novo Sistema de Pagamentos Brasileiros**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 16 Agosto 2001e.

CARDOSO, Rachel; SALASAR, William. Os bancos começam a levar o SPB às empresas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 julho 2001, Capa Finanças & Mercados.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de, et al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 2000.

CBLC. Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. **Relatório Técnico Câmara LDL de Ativos**. Disponível em: <<http://200.184.28.176/dowulod/ldl030901.pdf>>. Acesso em: 03.setembro 2001.

CETIP-CENTRAL DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS.
Câmara Interbancária de Pagamentos. Disponível em:
<<http://www.cetip.com.br/cip.html>>. Acesso em: 05 dezembro 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Os Novos Paradigmas: Como as mudanças estão mexendo com as empresas.** 3. ed. São Paulo: Campus, 2000.

CAMPOS, Ademir Filho. **Demonstração dos Fluxos de Caixa: Uma Ferramenta Indispensável para Administrar sua Empresa.** 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1999.

COSTA, Zuleide Martinello da. **Uma Análise da Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.** 2001. 128f.. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CYSNE, Rubens Penha; FARIA, Lauro Flanta Vieira. **Considerações sobre o Sistema Financeiro.** Disponível em:
<<http://www.econofinance.com/papers/cysne.htm>>. Acesso em: 30 novembro 2001.

FEBRABAN, **FEBRABAN Considera Novo Cronograma do SPB Factível a Todos.** Disponível em: < <http://www.febraban.org.br/spb.asp>>. Acesso em: 02 outubro 2001.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 1999.

GUIMARÃES, Maria Raquel. **As transferências Electrónicas de Fundos e os Cartões de Débito: Alguns problemas jurídicos relacionados com as operações de levantamento de numerário e de pagamento por meios electrónicos**. Coimbra, Portugal: Livraria Almeida Coimbra, 1999.

IZAGUIRRE, Mônica. **Extrato em tempo real traz ganhos aos clientes**. Disponível em: <http://www.brb.br/institucional/spb/spb_imprensa_agosto.htm>
Acesso em: 12 janeiro 2001.

JORDÃO, Manoel Rodrigues. **Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro: Riscos na Perspectiva dos Bancos**. Disponível em:
<<http://www.serasa.com.br/revista/revista2.htm>>. Acesso em: 08 outubro 2001.

LUCCHESI, Cristine Perini. Mudanças pesam mais para o varejo. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 maio 2001. Disponível em:
<http://www.brb.com.br/institucional/spb/spb_imprensa_maio.htm>. Acesso em:
12 janeiro 2002.

MACHADO, Gustavo da Motta, **Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.unb.br/lh/eco/seminários/sem2801.pdf>>.
Acesso em: 20 setembro 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.

MOTTA, Paulo Cesar. **Pesquisando a Satisfação do consumidor**. 1. ed. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 1999.

MOUTEIRA, Bonança. SPB amplia uso de cartão empresarial. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 agosto 2001, Caderno Finanças.

MOUTEIRA, Bonança. Cresce disputa por custódia de títulos. **Valor ONLINE**. Disponível em: <<http://www.assprivisite.com.br/sistbraspagtos.html>>. Acesso em: 05 dezembro 2001a.

MORMINO, Eduardo. **A Reestruturação do Sistema de Pagamento na Visão da Auditoria Interna**. 1. ed. São Paulo: IBCB, 2001.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora LTDA, 1999.

NASSIF, Luis. A hora de repensar o SPB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 setembro 2001, Caderno de Finanças.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses.** 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 1999.

PORTUGAL. Banco Central. **Sistema de Pagamentos em Portugal.** Disponível em: <http://www.bportugal.pt/bank/frbank_p.htm>. Acesso em: 13 setembro 2001.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Editora Atlas, 1985.

ROBLES, Clemil; BASSI, João. **O Novo Sistema de Pagamentos Brasileiro e o Impacto na Gestão das Empresas.** Disponível em: <http://www.empresario.com.br/legislação/spb/spb_impacto/impacto02_txt.html>. Acesso em: 05 dezembro 2001.

SALASAR, William. Bancos ainda não têm produtos para o SPB. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 03 setembro 2001. Caderno de Finanças & Mercados, p.B-1.

SALASAR, William. SPB abre uma vitrine global. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 outubro 2001a. Caderno de Finanças & Mercados, p. B-1.

SALASAR, William. BC criará depósito prévio para evitar cheque alto. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 maio 2001b. Caderno de Finanças & Mercados, p.b5.

SALASAR, William. FEBRABAN completa a sua *clearing*. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 maio 2001c. Caderno de Finanças & Mercados, p.b3.

SALASAR, William. Bradesco mostra o novo SPB às empresa. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 maio 2001d. Caderno de Finanças & Mercados, p.b5.

SAMARONE, Denise. Certificação digital: as primeiras escolhidas. **Informática Hoje**, São Paulo, n. 524 ano 17, p. 12, 1. a 15 de setembro 2001.

SELLTIZ, Claire et al. **Método de Pesquisa nas Relações sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora Herder, 1967.

SOUZA, Leandro Alves. **Sistema de Pagamentos Brasileiro: nova estrutura e seus impactos econômicos**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

TECBAN. **A TECBAN investe em uma nova plataforma de serviços para atender à demanda dos bancos com o novo sistema de pagamentos brasileiro**. Disponível em:

<http://www.banco24horas.com.br/prd_asse/press/p241001.html>. Acesso em: 28 janeiro 2001.

TRUNDLE, John et. Al. Committee on Payment and Settlementt Systems – **Core Principles For Systemically Important Payment Systems. Part1 and Part 2.** Bank For International Settlements – BIS Basel, Switzerland, 1999. Disponível em: < <http://www.bis.org/publ/>>. Acesso em: 09 setembro 2001.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa quantitativa em educação.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VERGARA Silvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Editora Atlas, 1998.

APÊNDICE

DEFINIÇÕES

Agendamento: Programação junto ao agente financeiro para eventos futuros de transferência de recursos, pagamentos e recebimentos.

Banco Comercial: São intermediários financeiros que captam recursos disponíveis no mercado para aplicação em financiamentos e abertura de linhas de crédito de curto, médio e longo prazos para empresas ou pessoas físicas.

Banco Múltiplo: O banco múltiplo consiste na união de várias instituições financeiras, formando um conglomerado com a mesma personalidade jurídica. Para ser considerado banco múltiplo deve Ter, no mínimo, duas das seguintes carteiras: comercial (de investimento ou desenvolvimento), de crédito imobiliário, de crédito, de financiamento e investimento ou de arrendamento mercantil.

Contra Parte: Empresa, indivíduos ou instituição participante de negociação juntamente à “parte” assumindo obrigações e/ou direitos.

COMPE Diurna: Processo de compensação de cheques que afeta a conta reservas bancárias dos bancos (+-) às 18:30 h para cheques menores de R\$ 299,00, acolhidos no dia anterior.

COMPE Noturna: Processo de compensação de cheques e outros papéis que hoje afeta a conta reservas bancárias dos bancos (+-) às 06,30h para cheques iguais ou maiores de R\$ 300,00, acolhidos no dia anterior.

ECP-Entrega Contra Pagamento: ou DVP(Delivery versus payment) é um mecanismo que tem como princípio a liberação de ativos contra liquidação financeira, de forma simultânea, eliminando o risco de principal nas transações de títulos e valores mobiliários.

Finality: É a transferência real, final, irrevogável e incondicional dos fundos entre as conta reservas bancárias do banco remetente e do banco destinatário.

Lag de liquidação: é o intervalo entre a data da negociação(operação) e a data efetiva da liquidação financeira.

Pre funding: Depósito em moeda corrente, realizados no início do dia, em contas de câmaras de compensação destinado a garantir a liquidação das operações realizadas durante o dia.

PVP- Pagamento contra pagamento: ou PVP (Payment versus payment) é um mecanismo que tem como princípio a liberação de ativos contra liquidação financeira, de forma simultânea, eliminando o risco de principal nas transações de câmbio.

Reserva Bancária: é uma conta que os bancos são obrigados a manter no BACEN. É utilizada para transferir recursos entre instituições financeiras bancárias, por conta de cliente ou da própria instituição. A legislação brasileira não permite que um banco mantenha conta corrente em outra instituição financeira.

Valor Bruto: Valor total, sem qualquer compensação com outros créditos/débitos, abatimento ou redução.

ANEXOS

**PESQUISA :
REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO (SPB)**

1 – Dados da Empresa

Nome da empresa : _____

Ramo de atividade: _____

Data de constituição: _____

Tipo de Gestão: ☐ Gestão Familiar ☐ Gestão Profissional

Sua empresa possui acesso a Internet ?

☐ Sim ☐ Não

Qual o Grau de informatização da sua empresa

☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo ☐ nenhum

2 – Dados Administrador

Nome : _____

Idade : _____ Sexo : ☐ masculino ☐ feminino

Escolaridade ☐ Fundamental ☐ Médio ☐ Superior

3 – Dados Operacional/Financeiros

3.1 – Sua empresa dispõe de Software para gerenciamento contábil ?

☐ Sim ☐ Não

3.2 – Utiliza os software disponibilizados pelos bancos via Internet para gerenciamento de sua movimentação bancária?

☐ Sim ☐ Não

3.3 - Com quantos bancos sua empresa Opera? _____

3.4 - Quando é fechado o caixa de sua empresa?

() Diariamente no final da tarde () No dia seguinte pela Manhã

3.5 – Atualmente sua empresa necessita de liberação de cheques depositados para equacionar seu pagamento de compromissos diários?

() Sim () Não

Qual o Grau de Frequência _____%

3.6 - Qual o percentual de utilização do limite de crédito de sua empresa nos bancos?

_____ percentual

3.7 – Com referência aos compromissos pagos pela empresa, que percentual é efetivamente débito na conta corrente bancária?

() Mesmo dia_____ percentual

() No dia Seguinte....._____ percentual

() Em outro dia....._____ percentual

3.8 – Com referência aos créditos recebidos pela empresa, que percentual é efetivamente creditado em conta corrente?

() Mesmo dia_____ percentual

() No dia Seguinte....._____ percentual

() Em outro dia....._____ percentual

4 - Percepção SPB

4.1 - Qual o grau de conhecimento de sua empresa sobre as mudanças que ocorrerão no SPB após sua reestruturação ?

() Muito () Médio () Pouco () Nenhum

4.2 - A Empresa possui algum tipo de assessoria externa ? () Sim () Não

4.3 - O SPB vai influenciar no fluxo de caixa de sua empresa ?

() Sim () Não

4.4 - Sua empresa está se preparando para administrar o caixa de tal forma que o mesmo seja sempre positivo durante todo o dia (em tempo real) ?

() Sim () Não

4.5 – Sua empresa está se preparando para as mudanças decorrentes da reestruturação do SPB?

() Sim () Não

OBS: Esta pesquisa faz parte da Dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).